

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

--- Aos vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e seis minutos, no CCIF – Centro Cultural e de Investigação do Funchal, na Rua do Matadouro, nº 4, freguesia de Santa Luzia, sob a Presidência de José Luís Nunes, estando ainda presentes Roberto Paulo Ferreira Vieira e Luísa Isabel Henriques Gouveia, como Primeiro e Segunda Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente é constituída por vinte e seis membros:**

Alexandre Miguel Carvalho da Silva (PPD/PSD), Alexandrina Liliana Marinho Alves (PPD/PSD), Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo (PPD/PSD), Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas (Independente), Daniel Almeida Meneses (PPD/PSD), Emanuel Alberto Mendes Vieira (PPD/PSD), Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos (PPD/PSD), Fabíola Maria de Sousa Pereira (CDS-PP), Gonçalo Nuno Pimenta Camacho (CDS-PP), Jéssica José Ferreira Faria (PPD/PSD), João Paulo Pereira Marques (PPD/PSD), José Jorge Andrade Camacho (PPD/PSD), Luís Jorge Gonçalves de Freitas (PPD/PSD), Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe (PPD/PSD), Marco Aurélio da Mata Pereira (PPD/PSD), Marco Paulo Teixeira Gonçalves (PPS/PSD), Maria Idalina Fernandes da Silva (PPD/PSD), Maurício Manuel Abreu Ornelas (PPD/PSD), Raquel João Martins da Silva (PPD/PSD), Ricardo Nuno Pestana Abreu (CDS-PP), Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues (PPD/PSD), Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas (PPD/PSD) e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho (PPD/PSD).-----

--- **Grupo Municipal do PS é constituído por nove membros:** Andreia Drumond Caetano, Guido Marcelino Mendonça Gomes, José Gabriel Pereira de Oliveira, Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli, Manuel Pedro Calaça Vieira, Maria Isabel de Ponte Garcês,

Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Sérgio Juvenal de Jesus Abreu e Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano.-----

--- **Grupo Municipal do BE é constituído por três membros:** Egídio Paulo Caires Fernandes, Maria José Santos Gouveia e Miguel Ângelo Monteiro da Silva. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PAN** – Joaquim José Batalha de Sousa.

--- **Deputado Municipal Único Representante do PDR** – José Rodolfo de Sousa Alves. -

--- **Deputado Municipal Único Representante do MPT** – Valter Freitas Rodrigues. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante da CDU** –Énio Dionísio Vieira Martins. ----

--- Mais se verificou a presença da Senhora Presidente da Câmara, Maria Cristina Andrade Pedra Costa, do Senhor Vice-presidente da Câmara, Bruno Miguel Camacho Pereira, e dos Senhores (as) Vereadores (as) Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Cláudia Sofia Frazão Dias Ferreira, João José Nascimento Rodrigues, Nádía Micaela Gomes Coelho, Helena Maria Pereira Leal, Vítor Hugo Rodrigues de Jesus, Ana Fernanda Osío Bracamonte, Micaela Gomes Camacho e Amílcar Xavier Caires Nunes.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão manifestando o seguinte: “Estamos aqui reunidos neste imponente edifício, o Centro Cultural e de Investigação do Funchal, remodelado e recentemente inaugurado, sob a gestão do Dr. Francisco Faria Paulino, a quem agradeço o empenho e dedicação bem como a toda a sua equipa e ao nosso amigo Rui Coelho que muito trabalhou para estarmos hoje aqui presentes. Porque é justo reconhecer o labor que tiveram para estarmos aqui confortavelmente instalados e preparados para o trabalho. -----

Esta assembleia na continuidade do prometido e como tem vindo a acontecer noutras

freguesias, saiu do seu espaço para exercer um trabalho de maior proximidade, neste caso, na Freguesia de Santa Luzia. Freguesia linda, com fregueses lindos onde me incluo, pois, cá resido desde 1995. Aqui residem cerca de 5 mil e 500 habitantes espalhados por uma área de 1.34 km², já fomos mais, mas continuamos a ser muitos.-----

Agradeço ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Tiago Rodrigues, e a toda a sua equipa que tão bem têm sabido identificar e trabalhar na procura de soluções para ir ao encontro das necessidades da freguesia e dos seus fregueses. Que continuem a trabalhar com a disponibilidade e afinco que têm revelado.-----

Desde o dia 22 de dezembro de 2023, data da nossa última Assembleia, muitos factos aconteceram que abalaram a nossa Região, em especial a cidade do Funchal. Como consequência direta quero sublinhar os acontecimentos que levaram ao pedido de exoneração do nosso Exmo. anterior Presidente, Dr. Pedro Calado, a quem envio um abraço e a quem reconheço valor, trabalho produzido e programado, honestidade e visão autárquica e política. Por isso, em meu nome pessoal e de muitos munícipes do Funchal que represento, quero agradecer o seu trabalho por esta cidade, faço votos que a justiça seja célere e não ridicularize o seu papel, evitando o terror e a falta de humanização que pudemos todos testemunhar. E apelo que esta postura não se repetia neste e noutros processos que pelo que vimos e vemos, nenhum de nós alguma vez se poderá considerar imune. Aproveito, todavia, para congratular a nossa atual Presidente da Câmara, Dra. Cristina Pedra, que juntamente com a sua vereação souberam assumir de imediato os seus cargos com saber, produtividade e linha de conduta assumida no seu programa. Enalteço a celeridade de procedimentos adotados que em nada beliscaram a produtividade e funcionalidade de todos os departamentos da Câmara Municipal do Funchal. Quero que os nossos munícipes saibam que podem contar com a presente vereação, com a presente Assembleia Municipal que trabalham e trabalharão com honestidade e sabedoria em prol

de todos nós, residente e não residentes. Por último, agradeço aos Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Funcionários e Munícipes, que souberam com atitude correta abordar a informação e a contra informação com que fomos contemplados ao longo deste tempo.” -----

--- De seguida deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara, Dra. Cristina Pedra**, que apresentou o seguinte: “Em primeiro lugar gostaria de apresentar a nova orgânica que tem a ver com a saída do Dr. Pedro Calado, que renunciou a este mandato e a entrada da Senhora Vereadora, Dra. Ana Bracamonte, completando desta forma o executivo. De facto, fomos céleres, não houve nenhuma perturbação com a alteração da orgânica na Câmara Municipal do Funchal, que continuou sempre a trabalhar institucionalmente e com a sua regularidade, logo a partir do fim de janeiro. Agradecer ao Dr. Pedro Calado tudo o que fez neste mandato em prol dos munícipes do Funchal, fiel a uma campanha eleitoral onde fez promessas e apresentou uma estrutura do que se propunha fazer para este mandato e que este executivo, agora presidido por mim, irá cumprir e é a mesma filosofia com que nos apresentamos às eleições. A nossa equipa é muito unida, sempre foi e numa altura em que é fácil desmoronar, nós tivemos uma reação imediata e ainda nos juntamos cada vez mais, se ainda era possível, estamos mais unidos do que alguma vez fomos e sempre fomos uma excelente equipa de trabalho. Há situações em que há cumprimento do executivo já feito em muitas áreas, continuamos com o nosso propósito de estar a cumprir o nosso programa e assim continuar até ao fim do mandato. Ao Dr. Pedro Calado, dar uma nota do meu e do nosso profundo agradecimento e, também, não deixar qualquer dúvida de que temos a certeza e a convicção da sua inocência. No passado estivemos, no presente estamos, no futuro estaremos sempre com o Dr. Pedro Calado.”-----

---- Depois deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal, Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, da Coligação Funchal**



Sempre à Frente, que proferiu o seguinte: “Sejam bem-vindos à Freguesia de Santa Luzia. Uma freguesia no coração do Funchal com cerca de 5500 habitantes. Santa Luzia, apesar de ser uma pequena freguesia, tem um dos maiores parques escolares do concelho do Funchal, senão o maior. Temos o maior Centro de Saúde da Região Autónoma da Madeira e temos uma das grandes instituições que é a Segurança Social. Esta freguesia é composta na sua grande maioria por pessoas acima dos 65 anos, cerca de 70% da população. Por este mesmo motivo, o executivo da junta não deixou cair por terra, nem ficar no papel, a grande obra que nós tanto desejávamos que é o nosso Centro de Convívio, como durante tantos anos ficou esquecido. Uma obra de extrema importância para a freguesia, uma vez que já não tínhamos espaço para mais atividades com os idosos e com as crianças, chegando ao ponto de quase proibirmos os idosos de frequentar o espaço nos meses de julho e agosto, neste momento conseguimos ter, em simultâneo, as atividades. Uma obra que veio enriquecer muito a freguesia de Santa Luzia e proporcionar um contacto intergeracional muito importante, tudo graças a este executivo camarário a quem eu agradeço em nome pessoal e em nome de todos os fregueses de Santa Luzia, que em boa altura ganhou a Câmara Municipal do Funchal. Agradeço também por terem escolhido este espaço onde nos encontramos para esta Assembleia Municipal, um espaço que desde 24 de novembro de 1940, que na altura imprimiu à cidade toda uma outra dinâmica levando a efeito uma verdadeira revolução urbanística, que se tornaria verdadeiramente mítica. Passados 84 anos, cá estamos no espaço completamente restaurado e preparado para acolher novas funções na criação e divulgação das artes e no apoio à investigação científica e tecnológica, designado por CCIF – Centro Cultural de Investigação do Funchal, obra esta iniciada pela anterior vereação camarária, mas graças a este novo executivo camarário conseguimos retificar todos os problemas existentes, nomeadamente, a falta de equipamento e de alguns serviços para poder abrir o espaço pronto a acolher todos aqueles

que necessitem e com as devidas condições. Assim, me despeço agradecendo a presença de todos nesta humilde freguesia.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início aos trabalhos dando conhecimento do seguinte expediente:-----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:-----

1.1. Marco António Nunes Dias, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Ricardo Nuno Pestana Abreu. -----

1.2. Paulo Sérgio Freitas Sousa, deputado municipal eleito pelo BE, comunicou a sua ausência sendo substituído por Miguel Ângelo Monteiro da Silva. -----

1.3. Rubina Vanessa da Silva Rebelo, eleita pelo PDR, comunicou a sua ausência sendo substituída, por José Rodolfo de Sousa Alves.-----

1.4. Luís Filipe de Sá Vieira, deputado Municipal Independente, comunicou a sua ausência.-----

1.5. Luís Miguel Moura de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Luís Jorge Gonçalves de Freitas. -----

1.6. Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Emanuel Alberto Mendes Vieira.-----

1.7. Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por José Jorge Andrade Camacho. -----

1.8. Francisco Ilídio Rebolo de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Santo



António, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Maurício Manuel Abreu Ornelas. -----

2. AUSÊNCIA DE VEREADORES (AS): -----

2.1. Rúben Dinarte Silva Abreu, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência sendo substituído por Amílcar Xavier Caires Nunes. -----

EXPEDIENTE: -----

3. CONVITES:-----

3.1. O/A Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----

- Apresentação do Projeto ESCUTAR que ocorreu no dia 06/01/2024.-----
- Apresentação do Instrumento Territorial Integrado do Funchal, que ocorreu no dia 16/01/2024. -----
- Reabertura do Centro de Recuperação e Interpretação do Parque Ecológico do Funchal, que ocorreu no dia 24/01/2024.-----
- Inauguração do Pólo de Educação Ambiental de Águas Residuais do Funchal, que ocorreu no dia 30/01/2024. -----
- Seminário inicial do Plano de Ação Climática do Funchal 2030, que ocorreu no dia 20/02/2024. -----

- O Presidente da Direção da Garouta do Calhau enviou um convite para a Conferência “Direito e Economia Social - Um Diálogo Luso-Brasileiro”, que ocorreu no dia 19/01/2024.

- O Secretariado Diocesano da Pastoral da Saúde enviou um convite para participar na celebração Eucarística referente ao Dia Mundial do Doente, que ocorreu no dia a 11/02/22024.-----

- O Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo enviou um convite para o evento: Trupes e Folias - A Maior Festa de Carnaval de Sempre em São Gonçalo, que ocorreu no dia 13/02/2024.-----

- A Associação Orquestra Clássica da Madeira (AOCM) enviou um convite para o 1º FESTIVAL DE MÚSICA DE CÂMARA DA MADEIRA, que ocorreu nos dias 19, 20, 26, 27 e 28 de janeiro/2024.-----

- A Associação da Hotelaria de Portugal enviou um convite para o 34º Congresso Nacional da Hotelaria e Turismo subordinado ao tema – “Horizonte 2030”, que ocorreu entre 21 e 23 de fevereiro de 2024.-----

4. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----

4.1. Da CDU: -----

- Pedido de informação sobre a resolução de alojamento do Senhor João Tiago da Silva Azevedo.-----
- Pedido de informação sobre obras em curso numa habitação à frente da Capela de São Paulo.-----
- Pedido de esclarecimento sobre a colocação de um portão na Travessa da Rochinha.-----
- Pedido de esclarecimento sobre a emergência habitacional da família de Duarte Herculano Rodrigues de Sousa.-----
- Pedido de informação atualizada sobre a situação em que se encontram as famílias afetadas pelo 20 de fevereiro de 2010 e pelos incêndios de 2016.-----

4.2. Do MPT: -----

- Pedido de consulta dos processos abaixo especificados por um período indeterminado: -

- Toda a documentação associada aos processos de adjudicação de fornecimento de serviços/ produtos à empresa CALDEIRA COSTA NIPC 511217315 entre 20/10/2021 até 31/01/2024.-----
- Toda a documentação associada aos processos de adjudicação de fornecimento de serviços / produtos à empresa SOCICORREIA ENGENHARIA NIPC 511 283 806


26.

entre 20/10/2021 até 31/01/2024.-----

- Toda a documentação associada aos processos de adjudicação de fornecimento de serviços/ produtos à empresa AVAFIAS NIPC 511023723 entre 20/10/2021 até 31/01/2024. -----
- Toda a documentação associada aos processos de adjudicação de fornecimento de serviços/ produtos à empresa TECNOVIA – MADEIRA, SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A. NIPC 511099177 entre 20/10/2021 até 31/01/2024.-----
- Toda a documentação associada aos processos de adjudicação de fornecimento de serviços/ produtos à empresa RIM – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. NIPC 511104642 entre 20/10/2021 até 31/01/2024.-----
- Toda a documentação associada aos processos de adjudicação de fornecimento de serviços/ produtos à empresa ACIN – ICLOUD SOLUTIONS, LDA NIPC 511135610 entre 20/10/2021 até 31/01/2024.-----
- Toda documentação referente aos procedimentos concursais para recrutamento de colaboradores, publicados em JORAM II desde 20/10/2021 até 31/01/2024. -----
- Toda documentação referente aos procedimentos concursais para recrutamento de colaboradores, que estavam ativos à data de 19/10/2021, sua conclusão ou cancelamento.-----
- Toda documentação referente aos procedimentos do licenciamento da obra DUBAI desde que começou. -----

- Alerta para uma situação de perigo público devido à falta de limpeza do ribeiro na Estrada da Boa Nova, junto ao nº 48.-----

- Pedido a solicitar a consulta dos seguintes documentos: -----

- Unidade de execução da Praia Formosa. -----
- Despacho de aprovação de projetos ou projetos submetidos para a Praia Formosa.

- Pedido de informação sobre a ocorrência FunchaAlerta FNC-373206-24.-----

4.3. Do PS:-----

- Pedido de cópia de todo o processo administrativo relativo ao Protocolo de Cooperação – Competição “Peugeot Rally FCup Ibérica, celebrado com a “Sports & You – Eventos Desportivos, Lda.”-----

- Pedido de elementos e informação sobre processos que tenham decorrido em tribunal judicial ou tribunal arbitral, em que tenha sido logrado acordo, no período decorrido entre outubro de 2021 até à atualidade.-----

- Pedido da seguinte informação:-----

- Cópia da minuta do Contrato de Urbanização da Unidade de Execução da Praia Formosa, a que faz referência, como anexo A, o ponto 10 da ata da reunião de Câmara de 26 de outubro de 2023.-----
- Cópia do referido contrato e documentos integrantes assinado entre o Município, a “Investimentos Turísticos da Praia Formosa, S.A.”, a “Ponta de Lança – Investimentos Imobiliários, S.A.” e a “Quanlux, S.A.”.-----
- Cópia dos procedimentos de licenciamento, comunicação prévia ou pedidos de informação prévia que pendam no Município do Funchal, que tenham por objeto operações urbanísticas a serem desenvolvidas na Unidade de Execução da Praia Formosa.-----

--- De seguida, após a dispensa da leitura da **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três**, que foi previamente distribuída a todos os Senhores (as) Deputados (as), o Senhor Presidente da Assembleia colocou-a à votação, sendo **aprovada por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, três votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----



5. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

--- Passando ao Período de Intervenção Aberto ao Público, o Senhor Presidente da Assembleia, anunciou a inscrição dos seguintes munícipes:-----

--- **A munícipe Ana Maria Gonçalves Cró** falou sobre o abaixo-assinado entregue pelos moradores do Conjunto Habitacional das Romeiras, que decorre da necessidade urgente de serem feitas obras naquele complexo, nomeadamente devido às infiltrações de água da chuva nos apartamentos, assim como o abandono do jardim lá existente. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** sobre o relato da munícipe Ana Cró disse já estar agendada uma audiência com a mesma para melhor perceber aquela que é a sua preocupação e pretensão. Em todo o caso, adiantou que o Conjunto Habitacional das Romeiras em termos de reabilitação tem previsão para uma intervenção geral no próximo ano, num valor estimado de quase três milhões de euros e que no presente está a decorrer uma obra no ramal de esgoto no valor de trinta mil euros. Também salientou que apesar da SocioHabitaFunchal ter cerca de mil e trezentos fogos em trinta e três complexos habitacionais, nos dois anos de mandato do atual executivo, já investiram em termos de conforto, salubridade e eficiência energética um total de três vírgula dois milhões de euros, sempre priorizando aqueles que são mais necessários. Igualmente para o ano de dois mil e vinte e quatro, têm previsto em orçamento quase quinhentos mil euros para reabilitação no interior das habitações. Por isso, quis tranquilizar as pessoas de que irão continuar a fazer aquele tipo de trabalho não só pelos serviços da Câmara, mas também pelos serviços da SocioHabitaFunchal, que em articulação com a autarquia lhes faz chegar quais é que são os problemas e as vulnerabilidades. -----

--- **O munícipe João Frederico da Câmara** expôs a necessidade urgente de ser feita a ligação entre o Caminho do Moinho ao Massapez, porque é uma entrada onde circulam muitos carros, mas que não tem espaço para uma ambulância e por viver num beco que

tem cento e doze degraus, os bombeiros recusam-se a lá ir. Acrescentou que se a estrada for construída do lado da ribeira toda a gente cede terreno. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara Bruno Miguel Camacho Pereira** disse que no momento a Câmara está a desenvolver várias acessibilidades, contudo aquela intervenção não está prevista no orçamento de dois mil e vinte e quatro, porque nem existe um projeto feito. Todavia, não encerra a hipótese de ponderar tecnicamente a possibilidade de construção da estrada para orçamentos futuros, uma vez que reconhece que vivem lá um número significativo de pessoas. Por isso, tal como estão a decorrer um conjunto de investimentos em várias freguesias do Funchal, como Santo António, São Roque, São Gonçalo, Santa Maria Maior e Monte, que serão cumpridos até ao final do mandato, irão com certeza chegar ao Caminho do Moinho e à Levada do Massapez dentro em breve. ---

--- **A munícipe Bárbara Tatiana Correia Ramos** quis saber o ponto de situação das obras na casa dos seus pais, nº sessenta e oito, porta nº trinta e seis do Caminho do Cemitério, onde no dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte um, foi inundada pela água da chuva por o telhado se encontrar muito degradado. Também apesar do processo, segundo o Senhor Eng. Franco, ter desaparecido e de ter garantido que não chove dentro da casa, o mesmo prometeu verificar a situação pessoalmente, o que nunca veio a se verificar. Referiu ainda que apesar de estarem a aguardar, desde vinte de três de junho de dois mil e vinte e três, por uma resposta da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal e da Senhora Vereadora Helena Leal, não obtiveram qualquer esclarecimento. Acrescentou ainda que existem duas casas fechadas há muito anos naquela rua e que agora estão a ser reconstruídas. Por fim deu nota que apesar de em dois mil e dez ter feito um esforço financeiro para fazer algumas obras na casa, uma vez que a sua mãe tem mobilidade reduzida, o seu pai tem uma doença crónica e ter um irmão com deficiência, atualmente por mais que queira já não os consegue ajudar. -----

Jm
P
Lc.

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara Bruno Miguel Camacho Pereira** informou que devido à prioridade do caso ali exposto, o próprio juntamente com a SocioHabitaFunchal, irá analisar aquela situação. Depois reforçou, como havia dito a Senhora Vereadora Helena Leal, de que naquele mandato têm um investimento na área da habitação avultadíssimo, onde já foram recuperados integralmente o conjunto habitacional da Ribeira Grande, do Palheiro Ferreiro, as fachadas dos Viveiros III e a Quinta Falcão II. Atualmente estão a intervir na recuperação integral em Santo Amaro IV e no Canto do Muro. Também estão a construir trinta e três fogos na Nazaré, no valor de construir quatro vírgula três milhões de euros, também estão a realizar um investimento em dois concursos divididos pela parte leste e oeste da cidade em todos os mil e trezentos fogos da SocioHabitaFunchal. Sobre as habitações fechadas, informou que com a premente necessidade de habitação, não se podem dar ao luxo de as manter fechadas, por isso estão a recuperá-las integralmente para as atribuir, de acordo com as regras da SocioHabitaFunchal, quem delas necessita. -----

--- **A munícipe Lisandra Ribeiro, irmã da munícipe Bárbara Ramos**, disse ser também filha dos inquilinos da casa nº sessenta e oito, porta nº trinta e seis do Caminho do Cemitério, e que não é só desde dois mil e dez que é pedida intervenção naquela casa, onde, segundo o Eng. Franco, as obras estavam avaliadas em vinte e cinco mil euros. Sobre as obras nas casas que estavam fechadas e pintar os prédios, acha que primeiro devem de ser arranjadas aquelas em que têm os tetos a cair e a chover dentro. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara Bruno Miguel Camacho Pereira** retorquiu que dá a garantia de que irá analisar a situação apresentada e que se a mesma constituir uma prioridade irão executá-la. -----

Sobre a recuperação dos prédios clarificou que não se resume à pintura de prédios, mas sim ao isolamento com cobertura térmica, à troca de todas as caixilharias, à colocação de painéis fotovoltaicos, à substituição das luzes luminária por tecnologia led, à pintura de

todos os acessos das escadas e à intervenção ao nível das garagens. -----

Em relação às questões sobre pessoas concretas, disse não poder também ser responsabilizado por situações dessas afirmações, e que prezava que não falassem de pessoas que não estão ali para confirmar se é verdade ou não o que foi referido. -----

--- **O munícipe Dírio Leão dos Ramos** expôs que no Edifício trinta e um do Vale da Ajuda foram construídas no sótão duas habitações e cinco arrecadações, sobre o prédio do seu sobrinho de quem é procurador, causando infiltrações de água enormíssima, para além de o prédio estar irregular e existir um crime urbanístico e um crime fiscal, porque a obra não está licenciada, bem como um conjunto de garagens não legalizadas. Assim, em devido tempo oficiou a Câmara com carta registada relatando o exposto e a resposta do Departamento do Urbanismo, foi: *...a denúncia apresentada mereceu a nossa atenção e a mesma foi objeto de uma ação de fiscalização, realizada no dia 18/04/2023. E vão ser desencadeados os procedimentos necessários para a referida ilegalidade das arrecadações.* Logo, por há data não se ter verificado qualquer desencadeamento, perguntou quando é que a Câmara irá tomar alguma medida? -----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** esclareceu que sobre as diversas irregularidades, avarias e defeitos em obra, a que se reporta um dos requerimentos apresentado pelo munícipe, verificaram que de facto se trata de possíveis defeitos e omissões de construção. -----

Sobre as arrecadações e os estacionamento disse que estão licenciados, através das alterações que foram aprovadas a vinte e quatro de junho de dois mil e quatro e que obtiveram o Alvará nº oitenta e dois/dois mil e quatro. -----

Em termos do edifício não existe nova construção e se há alterações a nível de interior e da sua atividade, os condóminos também têm a sua responsabilidade. -----

No que concerne há demora em termos de resposta, informou que existem quatro juristas

DM
L.G.

no Departamento de Urbanismo para as dezenas de reclamações que todos meses dão entrada na autarquia.-----

--- **O munícipe Dírio Leão dos Ramos** replicou:-----

- Que embora o ofício que recebeu diga que a Fiscalização lá foi, não houve fiscalização no prédio do seu sobrinho.-----

- Que não é verdade que existam arrecadações, mas um andar completo habitacional. ----

- Que o seu sobrinho só comprou o seu prédio em dois mil e catorze.-----

- Que a Administradora em Assembleia de Condóminos, propôs colocar o prédio como deve de estar por forma a regularizar as situações que estão por resolver, avançar com o processo de legalização das obras realizadas em dois mil e quatro, nomeadamente, no que diz respeito às arrecadações e às garagens e afetar as respetivas frações no sentido de acertar as respetivas permilagens.-----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** clarificou que em resposta há exposição feita a vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três pela Assembleia de Condóminos do edifício, foi-lhes informado: *... a operação urbanística realizada acerca de 23 anos no sótão e na garagem do bloco 4 do Edifício Golden Star... não tenha consultado o processo em questão, onde se encontra o despacho de autorização, bem como o projeto de alterações e as garantias bancárias para a execução da obra, e venha agora exigir licença da obra efetuada de acordo com a legislação atual, passados 20 anos.*-----

Logo, em termos de obra de construção aquilo que lá está foi aprovado em dois mil e quatro, por isso, todos os assuntos que possam estar em causa e que extravasa a autarquia deverão de ser conduzido nos locais próprios para essas situações, nomeadamente a nível do próprio condomínio.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, interveio dizendo: “Eu queria começar por congratular os 4 munícipes que vieram a esta assembleia municipal expor os seus problemas e ouvirem uma explicação por parte da vereação. Eu acho que hoje assistimos a um bom exemplo do funcionamento das instituições democráticas e espero que mais munícipes possam seguir o exemplo do que tivemos aqui hoje, porque eu também sei que não é fácil vir a este palanque expor as situações, muitas vezes as respostas não são aquelas que nós gostaríamos de ouvir, mas o que é certo é que a democracia funciona precisamente assim. E eu desafiava que mais munícipes, com mais problemas e com mais situações tenham a coragem que estas 4 pessoas tiveram e pudessem indicar aquilo que efetivamente podemos melhorar, não só para as pessoas que vivem, mas também para aquelas que trabalham na cidade do Funchal. -----

Eu ao preparar esta minha intervenção recordei-me do ano, longínquo já, de 2017 quando das eleições autárquicas realizadas nesse mesmo ano, resultou um facto que era inegável para a cidade do Funchal. A Coligação Confiança que juntava o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, o JPP, o PDR, Nós Cidadãos, conquistou nas urnas a possibilidade de continuar a governar a cidade do Funchal. Por maioria de razão essa vitória implicou uma derrota do então segundo partido mais votado, o PSD, e foi esse resultado eleitoral que exigiu especialmente dos derrotados, clareza com os eleitores. A clareza de assumir que não tentaríamos ganhar na secretaria, aquilo que não conquistamos nas urnas. Disse-o em Assembleia Municipal em dezembro de 2017. Não queremos ganhar na secretaria aquilo que não conquistamos nas urnas. Longe de mim pensar como esta frase, volvidos 7 anos, assentaria tão bem ao momento que agora vivemos. Porque é nos momentos mais conturbados que a clareza se torna importante e hoje ser claro, é não permitir que a suspeita judicial sobre alguns vire por contágio, a incidia política sobre todos. Ser claro é ter a lisura



de não fazer política como quem faz justiça. Ser claro é ter a lealdade de fazer o combate político olhos nos olhos dando a cara pelas nossas divergências. Ser claro é ter a honestidade de não confundir a continuidade da governação municipal com o regime próprio e totalmente distinto pelo qual se rege o Governo Regional. Ser claro é ter a coragem de colocar a cidade, de colocar a Câmara do Funchal acima da política feita ao ritmo da suspeição constante. -----

Hoje, tal como em 2017, que ninguém queira ganhar na secretaria aquilo que o povo não lhe confiou nas urnas. Essa legitimidade que advém do voto popular mantém-se igual ao do primeiro dia. O Funchal tem Presidente. O Funchal tem vereação. Tem orçamento aprovado e tem uma maioria parlamentar estável e sólida. A Cidade não parou. A Cidade não vai parar. Por isso, permita-me Senhora Presidente da Câmara, nesta que é a sua primeira Assembleia enquanto tal, desejar-lhe não só sucesso, porque este será naturalmente de todos os funchalenses, mas também dar-lhe a garantia de que este grupo municipal estará ao seu lado, estará ao lado dos nossos vereadores para continuar a melhorar a vida de quem vive e de quem trabalha no Funchal. Hoje, tal como disse a nossa Presidente de Câmara na sua primeira intervenção pública, nós não viramos as costas ao Funchal, nós não viramos as costas a quem nos elegeu.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, proferiu: “A atual crise política e a constituição de Pedro Calado e Miguel Albuquerque como arguidos num megaprocesso de corrupção veio abalar, de forma irremediável, a confiança dos madeirenses no PSD. -----

Não são apenas Pedro Calado e Miguel Albuquerque que respondem na justiça, é todo um partido e a sua forma de fazer política que está em causa, nesta crise. Perderam toda a credibilidade.-----

O PSD deixou de ter condições para continuar à frente dos destinos da Região e da cidade

do Funchal.-----

Foi no dia 24 de janeiro que se começou a vislumbrar todo o raio de ação de um regime governativo e autárquico, que o Ministério Público designou de pacto corruptivo.-----

Uma megaoperação da Polícia Judiciária que realizou cerca de 130 buscas domiciliárias e não domiciliárias principalmente na Madeira, investigando suspeitas de corrupção ativa e passiva, participação económica em negócio, prevaricação, recebimento ou oferta indevidos de vantagem, abuso de poderes e tráfico de influência.-----

Pela primeira vez na história desta Autarquia tivemos um Presidente da Câmara Municipal detido, tendo nesse seguimento renunciado ao seu mandato.-----

Repetimos: Pedro Calado foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal do Funchal a ser detido e responde na Justiça por alegados crimes de corrupção, recebimento ou oferta indevidos de vantagem, participação económica em negócio, abuso de poder, tráfico de influência, entre outros ilícitos criminais, todos eles no exercício das suas funções no Governo Regional e no Município.-----

Passámos a ter conhecimento dos factos investigados pela Polícia Judiciária e Ministério Público, e em particular no que concerne à Câmara Municipal do Funchal a processos de contratação pública e urbanísticos. Processos cujos pelouros pesam sobre vereadores ainda em funções nesta autarquia.-----

V. Exas não têm nem condições nem credibilidade política para continuarem no Executivo do Município do Funchal.-----

E devemos aqui dizer e afirmar com todas as letras: é chocante como tentam menosprezar tudo o que aconteceu, e tudo o que está ainda para acontecer. É chocante tentar-se esconder os factos gravíssimos levantados pelas entidades judiciais e tentar normalizar uma situação que é tudo menos normal.-----

É chocante tudo aquilo que se tem passado neste Município. É uma vergonha para os


L6.

funchalenses e para a Cidade do Funchal.-----

V. Exas não têm nem condições nem credibilidade política para continuarem no Executivo do Município do Funchal.-----

Tentar normalizar o que foi uma conduta absolutamente indecente, desviante e anormal na gestão do erário público, é chegarmos ao grau zero da política.-----

Será normal um Presidente de Câmara ter envelopes com o símbolo do Município com milhares de euros em dinheiro vivo e ter um motorista, funcionário da Câmara Municipal, a fazer depósitos inexplicáveis nas suas horas de serviço? Como é possível este motorista estar ainda em funções? -----

Será normal um grupo económico comercializar publicamente empreendimentos imobiliários, quando temos agora a confirmação que nunca houve formalização de qualquer pedido de licenciamento ou pedido de informação prévio na Autarquia? Sim tivemos essa confirmação por escrito pelo executivo.-----

Será normal todo o grau de informalidade no tratamento dos assuntos autárquicos com diversos agentes económicos, será normal o licenciamento em velocidade expresso de determinados empreendimentos e projetos, enquanto a maior parte dos cidadãos e empresas aguarda dois anos?-----

V. Exas não têm nem condições nem credibilidade política para continuarem no Executivo do Município do Funchal.-----

Não se pode normalizar aquela que é uma conduta incorreta e ilegal da gestão do erário público.-----

Como pode a atual presidente da Câmara, Cristina Pedra, demonstrar o total apoio e confiança em alguém que tem este tipo de comportamentos suspeitos e desviantes?-----

Como pode V. Exa edil do Município do Funchal, normalizar algo que esbarra na total ausência de ética, princípios e valores na gestão pública?-----

Afirmaram estar solidários / solidarizaram-se com Pedro Calado porque estão em causa suspeitas sob pelouros que não eram do ex-Presidente da Câmara, mas sim de atuais Vereadores do atual executivo e, portanto, V. Exas estão também sob suspeita. -----

V. Exas não têm nem condições nem credibilidade política para continuarem no Executivo do Município do Funchal. -----

O Funchal e os funchalenses, merecem respeito. -----

Vergonha alheia é o que sentimos ao olhar para a atuação deste Executivo, que conseguiu colocar o Funchal nas notícias nacionais e internacionais pelas piores razões. -----

Este será o vosso legado.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, manifestou: “Precisamos de devolver a confiança aos funchalenses, a quem aqui vive, trabalha, investe e também nos visita. -----

E essa confiança só será devolvida com um novo ciclo político, com credibilidade, com novos protagonistas no Executivo camarário, tendo em conta tudo o que se passou no último mês, e se antevê que irá passar no futuro próximo. -----

O Partido Socialista quer um ciclo de crescimento e desenvolvimento local, marcado por uma economia pujante e diversificada, com mais e melhor emprego, mais igualdade e justiça social, mais solidariedade, mais oportunidades para os nossos jovens, com acesso a habitação condigna a todas as famílias. -----

A habitação pública que hoje se pode observar a ser construída no Funchal, muito nos orgulha dizer, decorre de iniciativas planeadas, iniciadas e projetadas pelos executivos anteriores liderados pelo PS. -----

A Estratégia Local de Habitação, os projetos no âmbito do 1º Direito, são um legado dos anteriores executivos liderados pelo Partido Socialista. -----

O Funchal necessita de um constante trabalho de inovação, modernização e capacitação.

JM
P
LG

Hoje os projetos emblemáticos da Cidade são aqueles que os anteriores executivos liderados pelo PS empreenderam.-----

A criação das Áreas de Reabilitação Urbana do Funchal, que hoje ainda dão frutos no investimento na cidade; a reabilitação do Matadouro, que hoje este Executivo nem consegue potenciar toda a sua funcionalidade e finalidade; o apoio às bolsas dos estudantes universitários e aos manuais escolares, o apoio aos medicamentos para idosos; o Balcão do Investidor e a Loja do Município que trouxeram um melhor serviço e proximidade aos cidadãos e às empresas, entre outras tantas medidas, que na época o PSD tanto criticou, sem razão nem discernimento, foram tudo medidas criadas pelos anteriores executivos e que o atual se limitou a manter.-----

O PS-Madeira não compactua nem será cúmplice de um executivo que comprometa o futuro do Funchal. Queremos um novo futuro. -----

Não contem connosco, nem com o nosso assentimento para dar continuidade a um Executivo que perdeu toda a credibilidade perante os funchalenses. -----

Contem, sim, connosco para uma gestão transparente e de desenvolvimento para a nossa cidade, que vá ao encontro das necessidades dos nossos cidadãos, que devolva a confiança no futuro próspero para a nossa cidade, capital da Região Autónoma da Madeira.

Excelências, o vosso legado está manchado. É um legado que mancha a credibilidade do Município, que nos traz poucas dúvidas sobre a vossa forma de fazer política, é a certeza que apenas fizeram regressar o pior do passado na gestão pública deste Município.-----

O Funchal merece mais, porque é muito mais do que aquilo que nos apresentam.-----

O Funchal merece mais, porque é muito mais do que aquilo que até agora fizeram.-----

O Funchal merece mais, porque muito mais é possível fazer, empreender e trabalhar pelos funchalenses.-----

V. Exas não têm nem condições, nem credibilidade política para continuarem no Executivo

do Município do Funchal.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, expressou: “Caros empresários e residentes no concelho do Funchal, como deputado desta Casa tenho funções de fiscalizar, e posso dizer que fica muito difícil com uma maioria que pode aprovar tudo e fazer quase tudo. Mais vos digo. Quando o Partido da Terra fala em taxa de derrama, acreditem que essa taxa só quem vai pagar são as tais empresas de elite que desvalorizam quem trabalha. Em maio de 2023 o Partido da Terra já demonstrava como era importante aplicar a taxa turística, e claro que esta maioria gozava desta medida. Senhora Presidente, dia 01 de outubro tem de ser aplicada, também, para os cruzeiros. Também em 2022 apresentamos os transportes públicos gratuitos, que no final de 2023 foram aprovados. Mais uma vez o Partido da Terra demonstra saber o que apresenta avaliando o presente e o futuro. Que fique bem claro que não apresentamos propostas para uma elite, mas sim para todos. Um dos fatores de pobreza está relacionado em constituir família. Iremos apresentar novamente as refeições gratuitas nas escolas como medida não só de garantir a correta alimentação das crianças, mas também como uma medida de alívio financeiro das famílias. Não podíamos deixar de felicitar a nossa Ex Vice-presidente da Câmara que passou a nossa Presidente de Câmara, Dra. Maria Costa, a primeira mulher Presidente desta autarquia e ainda por cima de um partido minoritário. O Funchal não para, existe documentação para ser facultada, queixas dos munícipes, de pragas de ratos, de limpezas de ribeiras urgentes e muito mais. Senhora Presidente o Partido da Terra não quer palavras santas, mas sim um compromisso para o concelho do Funchal. Senhora Presidente a Lei da Paridade é só para entregar nas listas, porque neste momento nós temos 4 mulheres e 2 homens na vereação, mas felicito-a na mesma. Nesta Assembleia temos uma nova Vereadora, Ana Bracamonte, a qual desde já felicito depois de verificar todos os pelouros que lhe foram atribuídos e espero que a mesma se possa inteirar com a brevidade dos

JP
26.

mesmos, sabendo que já está em falta com o Partido da Terra.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, disse que passados quatro anos vê que os/as deputados/as do PS continuam traumatizados com a saída de Paulo Cafôfo da Câmara, porque querem confundir uma situação, que não dependeu da vontade do anterior Presidente Pedro Calado, com uma situação que foi a trapaça política operada naquela Câmara, em que o anterior Presidente da Câmara foi eleito, disse que ficaria até ao final do mandato, mas a meio do caminho abandonou aquela cidade. Por isso, considera que querer comparar uma coisa com a outra, é uma desonestidade tão profunda como aquela que constou das duas intervenções que foram ali proferidas. Contudo, com essas intervenções só agora é que percebeu a razão para a insistência e a vontade de traçar uma linha entre a Confiança na Vereação e o Partido Socialista na Assembleia Municipal, porque ficou claro que há um PS na Vereação e há um PS na Assembleia Municipal. Também percebeu que, quer a Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, quer a Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes, querem transformar aquela Assembleia num julgamento de quem não está presente para se defender e que, também, estão a fazer da política municipal e da política partidária uma corrida ao fundo do poço. Contudo, advertiu que quem arrisca essa corrida, esquece-se que os acusadores de hoje, serão os acusados de amanhã. Por isso, espera que até ao final do mandato não estejam alia falar de outros arguidos que não do antigo Presidente da Câmara. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, lembrou que a partir de dois mil e dezassete, aquando da alteração do Presidente da Câmara Municipal do Funchal, independentemente das justificações que o levaram a tal, passaram a ter um Presidente que era também eleito como a atual Senhora Presidente da Câmara, mas que não o

reconhecerem durante todo aquele mandato.-----

Depois dando como exemplo o caso da queda da árvore no Monte, sublinhou que o “chão ainda estava quente” e as forças políticas e a vereação municipal já estavam a julgar as consequências e de quem seriam as culpas.-----

Relativamente ao período de intervenção do público, queria perceber quando é que aquele executivo vai começar a trabalhar para o Funchal e para os funchalenses, porque na última campanha eleitoral autárquica do PSD, existiam demasiadas promessas que estão por cumprir, tais como, maior celeridade e resolução dos problemas.-----

--- Por esta ocasião o **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira**, Primeiro Secretário da Mesa, fez-se substituir na mesma pela Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, para poder intervir: “A Madeira vive momentos difíceis e de grande tensão, mas os madeirenses saberão resolver e ultrapassar. Aliás, quem tem sangue madeirense e conhece a nossa fibra, sabe que nós não gostamos daqueles, que na casa dos outros, põem-se em bicos de pés e ainda por cima, ofendem aqueles que se dedicam e que trabalham afincadamente para o melhor da nossa gente. -- Depois de um alarido e um aparato nunca visto, com aviões da força aérea e tantos Inspectores do Ministério Público de Lisboa, o Juiz esclareceu que a montanha tinha parido um rato. É óbvio que houve gente sensata que soube deixar a justiça fazer o seu papel, mas também apareceram os abutres de sempre, comandados por um rapazola e lá, que puxa pelos cabelos, salvo seja, de um madeirense agachado, que foge quando as coisas estão difíceis e aparece sempre que há lugares a disputar, insultando a terra e as gentes onde resolveu viver. -----

Esta gentalha resolveu instalar uma berraria insuportável de acusações que acabaram todas em saco roto. Foi triste, mas foi principalmente demonstrador do carácter e das intenções daquela seita de apaniguados de Lisboa, que se transformam em abutres

JP
P
L6

enraivecidos, convencidos que podem enganar os munícipes, ganhando na secretaria o que sabem ser difícil ganhar nas urnas com os votos.-----

Observamos todos, um festival de acusações sem fundamento jurídico sólido, procurando confundir os munícipes e ofendendo a honra e o bom nome das pessoas. Isto não se faz a ninguém, mas foi feito pelos mesmos que poderiam também serem acusados do mesmo ou de pior. Por isso, talvez valha a pena lembrar que há processos a correr no Ministério Público que têm como alvo o Ex Presidente desta Câmara Paulo Cafofo e quem sabe também do seu ex-chefe de gabinete. Não sou eu que digo, a imprensa tem referido o tema e o próprio Ministério Público confirma que esses processos estão em investigação.-----

E se forem constituídos arguidos? O que fazem? Podemos todos espalhar pela Madeira inteira que são corruptos? Ou melhor, estando processos em investigação no MP, podemos já dizer que são corruptos? Será que são? Acham normal instalar dúvidas que ofendam o bom nome das pessoas?-----

Mas mais, todos vimos na imprensa que o PS-Madeira na autarquia do Funchal transformou a Frente MarFunchal num polo de emprego, além de ter levado a empresa à falência que teve de ser recuperada por esta vereação. O que podemos pensar de quem procedeu assim? Usaram os meios da autarquia para fins partidários ou até fins pessoais e de amigos? Será que podemos espalhar essa versão dos acontecimentos? -----

Além disso, o que podemos pensar de alguém que por motivos de apoio partidário usou os dinheiros da Câmara Municipal do Funchal para dar uma licença sabática ao Presidente da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, que ganhou o salário sem sequer colocar os pés na empresa e sem qualquer enquadramento. -----

E Senhores deputados podemos lançar e engrossar as declarações de corrupção aos que entregaram apoios sociais, apesar do parecer desfavorável dos serviços da autarquia que avaliaram o processo. Ou então o que podemos dizer de alguém que entregou

apartamentos T2 a pessoas que vivem sozinhas. Sabemos todos disso. Sabemos que a Senhora Ex vereadora do pelouro fez isso e não soube dar explicações adequadas.-----

Mais, quem pode explicar como e a quem foram atribuídos os donativos para apoiar as vítimas dos incêndios, além disto parece que existiram materiais entregues a munícipes que por sinal estavam no estrangeiro, que não viviam na Região Autónoma da Madeira. Até hoje não se conhece um relatório sobre este processo de apoios, que deveriam ser claros e transparentes, porque foi feito com dinheiro de donativos de empresas, de cidadãos anónimos e de munícipes. Sobre isto nunca chegou nenhuma explicação. -----

De resto Senhores deputados, há alguém por aqui muito ativo a pedir a cabeça deste e daquele, mas deviam era meter a cabeça na areia de vergonha pelas sucessivas notícias que dão conta da utilização de cartões de crédito da junta para benefício de viagens pessoais. Não sei se é verdade, mas ainda não vi nenhuma explicação convincente e ao que parece o Ministério Público também anda a investigar. Cuidem-se!!!-----

Também não podemos esquecer todas as acusações que Ex vereadores desta casa, fizeram em órgãos de comunicação social, acusações muito graves, com o agravante de serem feitas por alguém que foi eleito nas listas do Partido Socialista e que devem de ser investigadas. -----

Senhor Presidente e Senhores deputados, termino alertando para este comportamento acusatório, de gente que não quer o bem dos munícipes, mas que anda desesperada para obter o poder a todo o custo e para manterem os interesses que todos sabemos.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Paulo Carvalho da Silva, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, começou por desejar um bom mandato à Senhora Presidente da Câmara, Dra. Cristina Pedra. Depois disse que falta muito pouca honestidade ao Partido Socialista e há postura que ali teve, porquanto veio fazer um mau serviço àquela Assembleia, sobretudo para os funchalenses, porque não viu nada de novo que justificasse

Om
P
L6

o alarido e as tais condições que dizem que o PSD não tem para governar. Sobre as considerações do acontecimento do anterior Presidente da Câmara, o mesmo poderia ali estar, porque não havia nenhum facto que justificasse sair da presidência da Câmara. Porém, por iniciativa própria de homem responsável e de carácter, numa atitude de elevação, achou tomar a decisão pessoal de assumir as responsabilidades que ele próprio entendeu. Assim como o PSD demonstrou que está ali para assumir as suas responsabilidades e o desafio que têm pela frente, dando o voto que lhes foi dado pelos funchalenses. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, começou por referir que é uma honra estar naquele espaço, cuja obra foi lançada pelo anterior executivo e iniciada e concluída no atual mandato. -----

Depois sobre algumas referências ali feitas sobre dignidade e às funções, leu uma frase do Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, que escreveu num artigo de opinião em novembro de dois mil e vinte e três, "... a dignidade das funções governativas é incompatível com a suspeição sobre a integridade, a boa conduta e mais ainda, da suspeita da prática de um crime". -----

Sobre a questão daqueles que têm ou não a legitimidade do eleitorado, lembrou que no anterior mandato a Coligação de direita, que agora está a se desfazer, muitas vezes boicotou os orçamentos, não apresentou propostas nas reuniões aquando da elaboração do mesmo e usou o Governo Regional, na altura, a ARM e os Horários do Funchal, para fazer terrorismo político contra o Município e contra os funchalenses, usando os meios dessas empresas públicas para perseguir e para boicotar a saúde financeira da Câmara Municipal do Funchal. -----

Quanto à coerência política, lembrou a taxa turística que agora é aplaudida, mas que bem recentemente não a queriam. -----

Também quis registar que a crítica que fizeram a Paulo Cafôfo, que foi mais honesto e

transparente quando renunciou ao mandato, mostrando que não estava agarrado ao lugar de Presidente da Câmara para se candidatar à Assembleia Regional e depois à Assembleia da República, já não se aplica ao atual cabeça de lista do PSD à Assembleia da República, porque ele já saiu da Câmara Municipal de Câmara de Lobos para se candidatar à Assembleia Legislativa, depois lá voltou e saiu novamente para se candidatar à Assembleia da República. -----

Concluindo, questionou à atual Presidente da Câmara se julga com condições políticas para continuar e assumir aquele mandato.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, tecendo alguns comentários sobre a intervenção do Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu, começou por congratulá-lo porque o mesmo alinha pelo PS que ainda mantém alguns dos princípios básicos da discussão e da convivência política, e não alinha pela baixaria que se passa na linha da frente da bancada de que faz parte. Depois achou muito curioso que o mesmo tenha falado de coligações, quando faz parte de um partido que dinamitou duas Coligações no Funchal e não satisfeito com esse arraso, ainda tentaram ensaiar uma grande coligação partidária contra o PSD, onde as reações a essa proposta, da CDU e do JPP, foi de aversão, porque todos os partidos à esquerda do PS sabem muito bem que daquele partido não podem esperar absolutamente nada. Pelo que o único partido, eventualmente por um masoquismo partidário, que ainda alinha na conversa de Paulo Cafôfo, é o Bloco de Esquerda. -----

De seguida agradeceu o citado de um seu artigo, e transmitiu que mantém em absoluto tudo aquilo que disse, porque como disse o Senhor Deputado Municipal Alexandre Silva, dignidade teve o Dr. Pedro Calado, quando sem qualquer tipo de exigência legal e judicial, colocou a Câmara e a cidade acima de qualquer suspeita, demonstrando sinal de elevação e de carácter que todos ali lhe deviam de reconhecer. Ao passo que o que fez o Presidente



de então, Paulo Cafôfo, enquanto suspeito, foi, por interesse próprio, tentar uma candidatura a Presidente do Governo Regional. Assim, a marca do atual líder socialista, é o sucessivo abandono de projetos, da Câmara do Funchal, do Partido Socialista, da Assembleia Legislativa e antes que indicassem a sua saída, abandonou o Governo da República e agora como ainda apenas candidato a deputado da Assembleia da República, já anunciou que se vai embora. -----

- **DEFESA DA HONRA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do PS**, defendeu e esclareceu que o antigo Presidente daquela Câmara, Paulo Cafôfo, não é suspeito nem arguido em nenhum processo, nem nunca foi detido pelas autoridades judiciais. Também como Secretário de Estado das Comunidades não abandonou o Governo, apenas saiu do Governo porque há eleições antecipadas, que se realizarão no próximo dia dez de março, porque houve um processo judicial onde é mencionando o atual primeiro-ministro, António Costa, o qual teve a honra de se demitir, ao contrário do Presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque. -----

--- Dando continuidade às **intervenções** o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN**, que manifestou: "Perante ao que temos assistido há algumas coisas que me apraz dizer e não é com satisfação que o faço, porque se há coisa que importa aos funchalenses e a todos aqueles que habitam esta bela cidade, é a importância da defesa da coisa pública. Não nos orgulha em momento algum que alguém e a quem presto a minha solidariedade, assumo, tenha sido e tenha ficado detido durante tantos dias, privado dos seus direitos constitucionais apenas perante uma suspeita. Se suspeita é real, que a justiça se cumpra e para isso mesmo há o tempo da justiça. Não podemos nunca é dizer uma coisa para o Senhor Presidente da Câmara agora demitido e dizer outra para o primeiro-ministro António

Costa, porque a realidade acaba por ser a mesma e é aquilo que importa aqui elevar, também o primeiro-ministro perante uma suspeita se demitiu. Aquilo que se coloca hoje como ponto fundamental para todos, é qual é que é a divisão que existe entre o poder da justiça e a importância da gestão da coisa pública. Porque a honra e a dignidade das pessoas são colocadas em causa e o bom funcionamento das instituições também, porque quer queiramos quer não, esta primeira gora e meia fica marcada por assuntos que não interessam a ninguém a não ser à justiça, pois vamos imaginar que daqui a um tempo tudo é absolvido passa-se uma borracha, mas na realidade quer a instituição quer as pessoas ficam com o seu bom nome manchado. Não vamos entrar aqui em acusações de lana caprina, porque dá a ideia da velha nau Catrineta em que tem tantos buracos que já nem vale a pena olhar para ela, porque no dia que ninguém quiser participar na coisa pública, aí sim temos um problema, porque a gestão da coisa pública não pode ficar marcada garantidamente com acusações de corrupção à direita e à esquerda, importa é a elevação da gestão da mesma e é esse o apelo que deixo, pois a última hora e meia realmente não serviu para nada, a não ser para ouvirmos os nossos gentis munícipes.”-----

--- Por esta ocasião o **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Primeiro Secretário da Mesa**, voltou a ocupar o seu lugar na mesma.-----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, para colocar à consideração que o Ponto Três – Mapa de Desempenho Orçamental 2023, passe para Ponto Dois, e o Ponto Dois - Orçamento Suplementar 2024 – Alteração Modificativa, para o Ponto Três, pois assim fecham o ano de dois mil e vinte e três e depois pronunciam-se sobre o novo Orçamento Suplementar de dois mil e vinte e quatro. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que primeiro irão apreciar o Ponto Um e depois colocará à consideração a alteração da posição dos pontos apontados. -----

AM
P
L6.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que proferiu o seguinte: "Eu como Presidente não eleita vou apresentar este ponto. Mas Presidente não eleita qual é o problema? O Eng. Miguel Gouveia assumiu a presidência quando o Dr. Paulo Cafôfo virou as costas para poder ser Presidente do Governo Regional. -----

Tenho condições de assumir as funções? A resposta é dada pela democracia que fez com que o povo elegeisse uma lista candidata às eleições, onde tivemos a maioria em todos os órgãos, mas temos também a legitimidade, para além da maior e da expressão por excelência que é a eleição do povo. -----

Na conferência de imprensa estivemos a anunciar que não existiria, como não houve qualquer perturbação na Câmara Municipal do Funchal, e atrás de mim eu tinha os colegas do executivo, também os órgãos municipais e tinha os representantes da Coligação Funchal Sempre à Frente. -----

Há justiça o que é da justiça, há política o que é da política, não vale tudo, não pode valer tudo na política e digo-vos que sou Presidente do Município do Funchal com todo o direito, com todo o gosto e com toda a capacidade. Isto significa que sou Presidente do Funchal de todos os partidos políticos em que a única coisa que me interessa, bem como a este executivo, são os direitos e os interesses dos munícipes do Funchal e é só isso que me move ao dever e o direito à causa pública. -----

Face a esta situação têm aqui devidamente apresentado por escrito o trabalho que temos vindo a fazer em termos das metas globais, em termos do social, dos recursos humanos, da habitação, do ambiente, das infraestruturas, da descentralização administrativa, da

segurança pública, do urbanismo, da reabilitação urbana e fiscalização, da estratégia fiscal, da juventude e desporto, da cultura. São diversas páginas, e acreditem, é uma súmula do que temos feito e do que os munícipes têm vindo a reconhecer do nosso trabalho.” -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira de Oliveira, do PS**, começou por sugerir à Senhora Presidente da Câmara para no fim do dia fazer uma caminhada no Funchal, e assim verificar pessoalmente o seguinte:-----

- A situação caótica do asfalto da Rua Pedro José de Ornelas, mais conhecida pela Rua da Pena.-----

- A necessidade de manutenção da Avenida de Zarco de norte a sul. -----

- A falta de acesso para pessoas com mobilidade reduzida nas casas de banho públicas no Largo da Restauração, no Jardim Municipal e no Parque de Santa Catarina, como dita a norma da União Europeia-----

- A falha da recolha do lixo nos dias e horas que estão estabelecidos, principalmente o papelão e o vidro.-----

- A falta de limpeza de ruas e estradas onde são cortadas as ervas, que depois são varridas para um canto da rua ou para dentro da levada. -----

- O aumento do número de sem-abrigo e da pedincha por todo o Funchal, que causa insegurança tanto para os locais como para os estrangeiros. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do PS**, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior chamou a atenção para o seguinte:-----

- No Mercado dos Lavradores:-----

- O elevador principal não funciona há muito tempo limitando o acesso de muitas pessoas ao primeiro andar.-----

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized name and the letters 'E' and 'CC'.

- A casa de banho das senhoras no rés-do-chão encontra-se em muito mau estado.-
- Os comerciantes queixam-se que não têm na Rua do Hospital Velho um espaço de carga e descarga, para fazerem o transbordo da carga para aquele mercado.-----

- Lembrou a necessidade da recarga de asfalto em algumas ruas da freguesia que estão em muito mau estado, tais como: Rua Pestana Júnior, Caminho do Meio, Rua do Bom Sucesso, Rua da Casa Velha e o Cabeço de Ferro. -----

- Também chamou a atenção para o elevador da Praia da Barreirinha que se encontra fechado.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, expôs: -----

- Que os funcionários da autarquia já perderam a esperança de subir na carreira profissional, não sentem valorização pessoal nem perspectivas de futuro. -----

- Que a única coisa que as Juntas de Freguesia estão a dar aos fregueses é veneno para tentar travar a praga de ratos, porque muitas das ribeiras precisam de ser limpas, bem como as zonas de recolha de lixo.-----

- Que as ruas e estradas mais parecem uma pista de obstáculos.-----

- No Funchal a toxicodependência e a desvalorização está a aumentar porque as pessoas estão desempregadas e desmotivadas, por isso é preciso valorizá-las mais não com subsídios, mas com o seu trabalho. Logo, os trinta milhões de euros que transitaram do ano anterior poderiam ser investidos nas pessoas.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, começou por

referir que a conspurcação do mar no Funchal acontece todas as semanas e a maioria das vezes é denunciada pelos cidadãos residentes seja pelo seu aspeto visual, seja pelo seu cheiro nauseabundo. Contudo, os partidos que suportam aquele executivo, PPD/CDS, que prontamente num passado recente denunciavam os episódios de poluição em comunicados e visitas à Praia Formosa e à Doca do Cavacas, agora estão calados e em silêncio e apenas

vislumbram microalgas. Como tal, o Funchal Sempre à Frente deixou ao abandono o ambiente e a cidade, sejam nas zonas altas, sejam nas mais citadinas, onde em todas as freguesias a limpeza urbana falha. Assim como o trânsito, segundo um relatório do TomTom Traffic Index, o Funchal é a cidade portuguesa mais congestionada de Portugal e tem até engarrafamentos demorados, onde os funchalenses, das duzentas horas que passam ao volante, setenta e uma hora são nos engarrafamentos e no para arranca. -----

Por todo o exposto, questionou a Senhora Presidente da Câmara para quando uma solução milagrosa para resolver os problemas da cidade? Porque já estão a meio do mandato e a única evidencia daquela governação é o fracasso e o descredito. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, por terem tido conhecimento que no início de janeiro de dois mil e vinte e quatro existiu um protocolo assinado entre a Câmara do Funchal e uma seguradora, que irá cobrir as necessidades de seguro de todos os funcionários da autarquia e familiares diretos, questionou se ao abrigo da polivalência estarão salvaguardadas, quer de uma forma retroativa, quer com este novo protocolo, as condições de saúde dos funcionários da autarquia e das empresas municipais. Porque um funcionário da Empresa Municipal Frente Marfunchal teve uma lesão numa função laboral, mas por a ter contraído numa função não específica da sua categoria, a seguradora não assumiu a lesão. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, sobre o exposto pela Senhora Deputada Municipal Isabel Garcês, disse não admitir que diga que o Funchal está todo sujo, porque a freguesia de São Gonçalo é parte do Funchal e não sente nem vê a freguesia que representa suja. Como exemplo, disse que a Rua Conde de Carvalhal, que começa na Cancela e acaba no centro do Funchal, com o Funchal Sempre à Frente é limpa, numa média de quatro ponto cinco vezes ao ano relativamente áquilo que

não se verificava no tempo do Partido Socialista. Depois deixou-lhe o desafio de dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que está sentado ao seu lado, que aquela freguesia está suja, porque o Município basicamente é um conjunto de freguesias, e todas elas assinaram um Contrato Interadministrativo com as respetivas competências que foram passadas para as mesmas para que pudessem fazer o melhor trabalho, cuja limpeza é uma delas.-----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu: -----

- Na pessoa do **Senhor Deputado Municipal Gabriel Oliveira** respondeu a diversas questões sobre a situação de degradação de algumas ruas, que confirmou já existir há oito anos. Como tal, o atual executivo vai fazer um programa de intervenção para reparação de muitas estradas que terá início no segundo semestre de dois mil e vinte e quatro, na qual incluem a Rua Pedro José de Ornelas, no valor de cinco vírgula cinco milhões de euros. -- Em relação à recolha do lixo e limpeza de zonas, pediu para lhe fazerem chegar as situações concretas.-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Guido Gomes** esclareceu que os elevadores do Mercado dos Lavradores estão em funcionamento, havendo o reporte de uma situação de avaria no dia vinte e seis do corrente mês e subsequente foi reparado.-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Valter Rodrigues** aclarou que quando entrou no executivo com o pelouro dos Recursos Humanos, existiam largas dezenas de pedidos de trabalhadores, com anos de espera, para fazerem mobilidade intercarreiras ou inter serviços, os quais já foram todos resolvidas. Também elucidou que a fixação de remunerações é do Orçamento do Estado da República, por isso não depende de nenhuma autarquia local, seja ela qual for, de fazer esse reconhecimento aos funcionários. Deu a saber também, que nos últimos oito anos que antecederam o atual executivo, saíram quinhentos e catorze trabalhadores e foram admitidos quatrocentos e noventa e dois. Com

o atual executivo, em dois mil e vinte e dois foram admitidos quarenta trabalhadores e em dois mil e vinte e três foram admitidos cento e dez trabalhadores, um total de cento e cinquenta trabalhadores admitidos e a saída de cento e vinte e dois. Atualmente está a decorrer concursos para admitir cento e trinta e seis trabalhadores, havendo ainda concursos a abrir para oitenta e três trabalhadores. As novas contratações e as que estão em curso, foram apresentadas no Orçamento que foi aprovado em dezembro de dois mil e vinte e três, no valor de um milhão e quinhentos mil euros. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes** esclareceu que a Câmara Municipal do Funchal celebrou dezenas de protocolos com empresas privadas e instituições, para darem benefícios de descontos ou condições especiais aos Recursos Humanos da autarquia, na área das clínicas, de cabeleireiros, da restauração, da medicina e tiveram o cuidado, de tentar acomodar condições especiais para que fossem entregues não só aos trabalhadores, mas também às suas famílias. Contudo, não há nenhum protocolo nem nenhum contrato com nenhuma companhia de seguros. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, colocou as seguintes questões:-----

- Se já foi aberto o concurso para os Diretores Municipais e se já há nomeações em substituição.-----

- Relativamente a todo o Gabinete de Apoio à Presidência e à Vereação, quem é que compõem esses mesmos gabinetes? -----

- Se vão retirar os semáforos que foram colocados no cruzamento do Caminho das Virtudes, porque causam constrangimentos do ponto de vista da prioridade.-----

- Sobre a questão do asfalto e dos arruamentos do Município, disse que os anos que não é asfaltado e que não é feito investimento nos arruamentos, são exatamente os dois anos e meio que o atual executivo está na Câmara Municipal do Funchal, porque antes existiam

reparações regulares de pavimento. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, sobre o subsídio de risco dos Cantoneiros e porque a lei é ambígua nessa matéria, julga que deviam deixar isso à consideração dos Juristas da Câmara Municipal do Funchal.-----

Sobre a falta de trabalhadores, sabe que internamente há falta de pessoal, por exemplo na contabilidade.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, reforçou que embora não tenha interpretado bem os protocolos que tinham sido realizados, não podem deixar de parte o problema que se passa com funcionários que desempenham funções que muitas vezes pela polivalência que as mesmas têm, não correspondem do ponto de vista de categoria profissional e que em caso de lesão, como aconteceu recentemente com funcionários da Empresa Municipal Frente MarFunchal, a seguradora depois não cobre a lesão que essas pessoas tenham sido alvo.-----

Depois sobre o saldo negativo de entrada de trabalhadores nos oito anos do anterior executivo, justificou que foi devido ao facto de além de terem de pagar a dívida deixada pelo PSD, reduzindo os custos dos contratos despesistas tiveram de cortar nos postos de trabalho, para além de que com o PAEL, que foi um resgate de má gestão do PSD, a Câmara Municipal do Funchal foi obrigada a reduzir em dois por cento ao ano, o número de trabalhadores. Referiu ainda que o atual executivo tem aumentado o número de dirigentes para um valor recorde, chegando há centena, com três Diretores Municipais e em simultâneo têm saído imensos quadros como na Divisão de Mercados, no Departamento de Planeamento Estratégico e no Departamento de Sistemas de Informação, porque desistiram de trabalhar com aquele executivo e que embora tenham total liberdade para as suas ambições de carreiras profissionais, deixa-lhe algumas suspeitas relativamente a esses procedimentos. -----

Numa última nota disse constatar que a Senhora Presidente em funções está a adotar o mesmo modelo que o anterior Presidente da Câmara, Dr. Pedro Calado, tinha quando passava uma borracha naquilo que não interessa, porque de facto nos últimos oito anos da anterior governação foram asfaltadas estradas que não eram asfaltadas há mais de vinte anos, assim como a substituição de canalizações em diversos sítios. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, disse terem sido abordados por muitas pessoas que viram o seu apoio aos medicamentos cortado e cujo argumento dos serviços é porque estão sem orçamento. Logo, se existem vinte e um milhões de euros de lucro e oito milhões de euros a render no banco, porque é que estão a cortar esse apoio? -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara, Bruno Miguel Camacho Pereira** transmitiu o seguinte: -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Gabriel Oliveira** disse discordar e não lhe admitir que como deputado que defende os interesses do Funchal, venha ali dizer que tem vergonha do Funchal, da sua cidade e das suas gentes, pois tem muita honra de viver e de ter os seus filhos no Funchal.-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes** referiu não ter conhecimento do caso concreto do trabalhador da Empresa Municipal Frente MarFunchal, porque não é uma situação que tenha de vir a seu despacho, mas que terá todo o gosto de lhe fazer chegar essa informação para que nenhum funcionário de maneira nenhuma fique desprotegido.--

- **À Senhora Deputada Municipal Madalena Nunes**, sobre o programa de pavimentações, informou que irão proceder a esse trabalho no tempo devido, garantindo-lhe que em setembro, na altura das eleições, não vão ter obras, ao contrário da Câmara anterior que estava sitiada de obras. Contudo, o PS esquece-se que só no atual mandato há o maior investimento de cerca de dezoito milhões de euros da parte da Câmara Municipal do

Funchal, que é a ETAR, o qual deveriam de ter feito e não fizeram.-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Guido Gomes**, disse já lhe ter informado que a Rua Dr. Pestana Júnior, a Rua Pedro José de Ornelas, a Avenida do Infante, a Avenida Luís de Camões, a Estrada da Camacha, para além de um conjunto de vias estruturantes da cidade do Funchal, vão ser pavimentadas. -----

Sobre o elevador do Mercado dos Lavradores informou que foi arranjado várias vezes e que devido à má utilização que muitas vezes tem, foi colocada uma chave de forma que o segurança que lá existe possa ser chamado e dessa forma possa ativá-lo. Porém, o que tem acontecido muitas vezes, é que as pessoas querem ser satisfeitas rapidamente e isso demora algum tempo. Lembrou ainda, que no atual mandato foram investidos quatrocentos mil euros na recuperação da praça do peixe daquele Mercado. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano** comunicou que o trânsito é realmente um setor muito específico, porque não se testam soluções e muitas das vezes é pelo método da tentativa/erro/tentativa. Relembrou que a semaforização que foi referido, foi feita através de um relatório adjudicado pela anterior vereação a uma determinada empresa, que sugere a semaforização daquele cruzamento, bem como os serviços técnicos da Câmara deram um parecer favorável, para acima de tudo tentar defender os peões daquele cruzamento. Todavia, se passado algum tempo a situação não for a pretendida, terão toda a humildade democrática de dizer que a decisão, eventualmente, não foi a melhor e terão de a retirar. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Isabel Garcês**, garantiu-lhe e a todos os funchalenses que o que quer que esteja a acontecer nos mares do Funchal, não é do sistema de saneamento básico da Câmara Municipal do Funchal, porque os técnicos, os funcionários e os dirigentes da autarquia e a empresa, adjudicada muito recentemente com visto do Trabalho de Contas, responsável por aquele trabalho, estão permanentemente a trabalhar

e a monitorizar aquela situação.-----

Para terminar, referiu que devido à descentralização administrativa que dá mais competências às Juntas de Freguesia, estão a alargar o número de arruamentos que será da responsabilidade das mesmas e que irão, a partir de janeiro do corrente ano, proceder a essa mesma monda e limpeza urbana. O que significa que têm total confiança no trabalho que as Juntas de Freguesia fazem e que também não pode, de maneira nenhuma, concordar quando diz que as ruas ou os becos do Funchal não estão limpas, porque é um trabalho de equipa que é feito por todos. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** clarificou o seguinte: "No que toca ao Apoio Municipal aos Medicamentos, ressaltar que o nosso executivo aumentou em mais 150% o apoio social às famílias, relativamente áquilo que acontecia em 2021 aquando da nossa entrada. Na Educação também aumentamos os apoios em quase mais 200%. Portanto, são aumentos altamente significativos e que nunca deixarão cair em saco roto, atribuir apoios a pessoas que necessitam por falta de orçamento ou por outros motivos quaisquer. Para nós conseguirmos aferir efetivamente se existe algum caso, alguma situação de alguma família ou de algum munícipe o qual possa não estar devidamente enquadrado, ou de alguma irregularidade têm que nos fazer chegar os dados dessas pessoas. Garanto-vos, falo pelos funcionários e assumo também essa responsabilidade, que os serviços não disseram a ninguém de que a pessoa não teria acesso ao Apoio Municipal aos Medicamentos, por não termos orçamento, porque isso não é verdade e as pessoas sabem disso e eu confio nos funcionários do nosso Município. O Regulamento do Apoio aos Medicamentos foi alterado, nós fazemos este tipo de atribuição através de uma avaliação criteriosa de legibilidade das pessoas e todos os meses é creditado o valor, que anualmente perfazem os 120 euros para quem tem os 10 euros por mês, até 360 euros a quem fica atribuído o valor de 30 euros por mês. Neste momento temo 3 mil 103 processos



dos ativos e temos um valor em orçamento de 1.7 milhões de euros. Também é importante dizer que criamos um Gabinete de Apoio Social, um contexto que para além da Loja do Município que tem a sua função, também confere algum resguardo e algum amparo a estas pessoas que muitas vezes, também, não por medo do executivo da Câmara, mas porque muitas vezes têm algum constrangimento em expor as suas situações mais individuais e mais pessoais, e também temos a oportunidade de se a pessoa vem por um determinado motivo poderá ser também encaminhada para outras áreas, muitas vezes até serviços e respostas que ultrapassam o próprio Município.-----

Também este executivo quando fez a revisão do regulamento detetou que a atribuição deste Apoio aos Medicamentos não era alvo de revisão anual, e aquilo que aconteceu quando aqui cá chegamos é que tínhamos pessoas que tinham falecido e cujos cartões eram continuamente carregados e estavam a ser utilizados indevidamente por outras pessoas, portanto isso o nosso executivo não faz, atribui a todas as pessoas que efetivamente tenham ilegibilidade para receber este apoio, porque aquilo que nós fixamos foi aumentar em mais 150% os apoios sociais e só os medicamentos aumentamos mais 143% face a 2021, sendo que em orçamento, repito, temos 1 milhão e 700 mil euros só para este apoio específico.” -----

- **DEFESA DA HONRA:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS,** lembrou ao Senhor Vice-presidente, Bruno Pereira, que em política não vale tudo, quando chama mentirosa aquela bancada quando apresenta as questões da cidade.-----
Em relação à ETAR, defendeu que desde mil novecentos e noventa e sete a mesma tinha de ser obrigatoriamente reformulada e não o foi, por isso Portugal em dois mil e treze e a Região Autónoma da Madeira, estavam em risco de serem multados. Como tal, foi o anterior executivo que deu início ao andamento daquele processo, ao contrário do PSD que governa

há quarenta anos e não o fez. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara Bruno Miguel Camacho Pereira** também defendeu a honra dizendo que teve o gosto de ser dirigente regional dos Assuntos Europeus e que por isso lidou com aquele assunto, como tal conhece-o dos dois lados da bancada. Assim, sabe que a diretiva não é de mil novecentos e noventa e sete como foi dito, como também sabe que não é de há quarenta anos. Deste modo, informou que o processo de infração é de dois mil e onze, o que equivale a dois anos de poder do PSD na autarquia, enquanto o PS esteve como poder durante oito anos, de dois mil e treze a dois mil e vinte e um, pelo que sobre aquela questão não dirá mais nada.-----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** dirigindo-se à **Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano** informou que sobre os Diretores Municipais não decorre qualquer concurso, e que relativamente à nomeação para o Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação mantém-se o mesmo, e como é um procedimento que decorre da lei, será publicado no Diário da República, sendo a sua consulta pública e online.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu conhecimento de uma **Proposta à Mesa**, formulada pelo **Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, para que o Ponto três - Deliberação do Mapa de Desempenho Orçamental 2023, seja apreciado e votado antes do Ponto dois - Proposta de Deliberação de Orçamento Suplementar 2024 – Alteração Modificativa.-----

Colocada aquela Proposta à votação, **não foi aprovada** com vinte e seis votos contra da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda um voto a favor do MPT e catorze abstenções, sendo oito do PS, três do BE, uma do PAN, uma do PDR e uma da CDU.-----

--- De seguida a **Senhora Presidente da Câmara** apresentou o **Ponto dois - Proposta de Deliberação de Orçamento Suplementar 2024 – Alteração Modificativa, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, “Há aqui o saldo orçamental

e há dois projetos que são cofinanciados, o ponto 2 deste ponto é o plano de ação que é do ITI, que falaremos à frente deste projeto em concreto e a seguir um projeto de consultadoria de mobilidade elétrica.” -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, referiu que aquele Orçamento Suplementar vem dar, mais uma vez, razão ao Partido da Terra, com vinte e um milhões de euros em saldo de gerência e oito milhões de euros em aplicações financeiras com fraca rentabilidade. Por isso, questionou a Senhora Presidente da Câmara quando é que vai admitir que aquele executivo não tem condições em executar um orçamento?-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, expôs o seguinte:

“Terminamos o ano de 2023 com 4 alterações ao orçamento aprovado.-----

Esta é a primeira alteração modificativa deste ano. Quantos mais orçamentos suplementares teremos? -----

É normal transitar saldo de gerência de um ano para o outro, já não é normal nem admissível e demonstra a incapacidade deste executivo, transitar 21 milhões de euros de um ano para outro. Ainda para mais quando no ano transato aconteceu exatamente a mesma coisa.-----

Para não falar dos 8 milhões de euros a render como disse o ex Presidente Calado, numa qualquer aplicação a prazo com juros ridículos. -----

Estamos perante uma clara suborçamentação das despesas. -----

E das duas uma:-----

ou é incompetência, e dou um exemplo muito concreto: as despesas com Matérias-Primas e Subsidiárias orçamentadas para 2024 foram no montante de €595100 euros 62 cêntimos, quando sabiam que estas despesas seriam superiores, porque o ano passado

orçamentaram €594 760,00 e tiveram de retificar para €1.947 760,00, ou seja, mais €1 353 000,00. -----

Agora retificam para €1 493 100,62, ou seja, mais €898 000,00.-----

E como dizia ou é incompetência ou é propositadamente enganoso, mas, em ambos os casos, é grave. Sendo mais grave em caso de dolo, porque certamente a Senhora Presidente já ouviu falar no princípio da estabilidade orçamental, e do crime de violação de normas de execução orçamental, porque parece ser o que possa estar aqui em causa. ----

Reforço de 14 milhões de euros em despesas correntes! O ano passado foram 17 milhões de euros. -----

Quantos anos vão ser precisos para conseguirem fazer orçamentos corretos? Já passaram três orçamentos, falta apenas um para o final do mandato e somos constantemente apresentados com más previsões, má gestão, por isso pergunto quantos orçamentos suplementares vamos ter e quantos mais seriam precisos para conseguirem fazer orçamentos sérios e rigorosos? -----

A política parece ser a de sucessivamente integrar o saldo de gerência do ano anterior até ao derradeiro ano de eleições. Para o ano de 2025, último ano do mandato e ano de eleições, certamente que este saldo será gasto, à boa maneira do PPD. Enganar, enganar, enganar!"-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli, do PS**, transmitiu: "A Câmara Municipal do Funchal apresentou 50 milhões de receita fiscal arrecadada e que parece não querer usar para fazer aquilo que o partido do PSD a nível nacional defende, que é a criação de um choque fiscal corajoso e revolucionário e isto aqui não aconteceu, infelizmente, porque poder-se-ia fazer com esta receita aquilo que o Município exige que se faça, que é servir quem aqui vive, quem aqui mora, quem aqui circula. E é por isso incompreensível que, por exemplo, através de um novo regulamento



para as bolsas de ensino superior que faz uma espécie de downgrade daquilo que deveria ser a distribuição para todos destes apoios, tenha levado, por exemplo, a que beneficiários de bolsas de estudo tenham deixado e tenham ficado excluídos desta verdadeira ajuda para as famílias, porque o regulamento ao ser modificado acabou por excluir pessoas da classe média e a classe média é quem contribui mais para esta receita fiscal. Esta receita fiscal para que este Município seja atrativo, competitivo, faça investimento, tenha a capacidade para fazer-nos a todos acreditar nesta cidade, porque o dinheiro que vem das famílias deve de ser aplicado para que as famílias mais tenham e depois menos necessitem de apoios sociais, esta verdadeira revolução que se pode fazer a partir das receitas fiscais não está a ser feita, porque quando as pessoas da classe média não beneficiam daquilo que lhes pode ser dado nessa retribuição, então o que estamos a fazer é uma publicidade enganadora porque arrecadar e não investir é uma espécie de mix de liberalismo e de populismo. Por isso, o dinheiro dos cidadãos deve de ser para melhorar a vida de todos, não deve excluir a classe média e não deve de ser para arrecadar em contas poupança e aplicações financeiras. É por isso que nós achamos que deve de haver uma maior devolução aos munícipes daquilo que são as receitas fiscais arrecadadas.”-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** esclareceu que da aplicação financeira de oito milhões de euros que o Município fez, resultaram vinte mil duzentos e cinquenta euros de juros, que reverteram para cartões de alimentos no valor de cento e cinquenta euros cada, que abrangeram cento e trinta e cinco famílias, através de recursos a contratação pública salvaguardando o caderno de encargos, e também conferindo uma forma mais digna daquelas pessoas poderem dirigir-se a uma superfície comercial escolhendo quais os alimentos que lhe fazem falta, sem que ninguém tenha nada a ver com isso apenas o Município e as famílias. -----

Relativamente às Bolsas de Estudo deu nota que para dois mil e vinte e quatro existem dois

vírgula dois milhões de euros, sempre chegando à classe média, mas colocando um teto no sentido de dar mais a quem precisa. Tiveram, também, a preocupação de retirar uma penalização que o anterior executivo dava aos estudantes deslocados, que se concorressem à bolsa do Governo Regional teriam uma penalização bolsa do Município de cinquenta por cento do valor. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** disse que má gestão é executar trinta e poucos por cento em dois mil e dezanove e quarenta e um por cento em dois mil e dezoito, enquanto o atual mandato nunca executou abaixo de cinquenta por cento. Assim como anteriormente devolveram zero de IRS, e atualmente só no primeiro ano têm devolvido tendencialmente mais IRS, sendo que no corrente ano, dois mil e vinte e quatro, vão devolver os cinco por cento que a Câmara Municipal recebe, num valor que representa sete vírgula sete milhões de euros, numa linha que se chama benefício fiscal. Com aquela estratégia fiscal, que foi apresentada e programada no início do mandato, só na devolução de IRS devolveram vinte e três milhões quinhentos e dezoito mil euros. -----

Em relação à DERRAMA, disse que não foi nem será aplicada até ao final do atual mandato e que também não é verdade que a mesma seja só para grandes empresas, porque anteriormente era aplicada a qualquer entidade que faturasse cento e cinquenta mil euros por ano. Porque esse valor anual não é lucro, é uma faturação de quatrocentos e dezassete euros por dia, que em termos económicos, está consagrado como uma bitola de razoabilidade para ter um negócio, por isso as nano empresas eram massacradas e espoliadas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, começou por referir que o Partido Socialista se esqueceu que estiveram oito anos na Câmara e que foram criticados na altura pela bancada quer do PSD, quer do CDS sobre os sucessivos saldos de gerência para os anos seguintes dos quais, a

Senhora Presidente de Câmara já ali reforçou, tiveram das mais baixas taxas de execução. Pelo contrário, o Funchal Sempre à Frente tem uma estratégia com planeamento na área da fiscalidade e planeamento na área da habitação, que são duas áreas cruciais para que possam ter recursos financeiros para os concidadãos melhorarem a sua qualidade vida. -- Logo, em dois anos e meio, existe maior atração e fixação de empreendedores com o objetivo de desenvolver iniciativas que garantem fixar no Município do Funchal mais empresas e mais empreendedores. -----

Também renegociaram contratos relativos a despesas fixas no Município, oriundas do mandato anterior, fizeram maior esforço na cobrança da receita e renegociando as dívidas dos empresários do Mercado dos Lavradores, impulsionaram assim a nova nano-economia naquele espaço. -----

Também houve a maximização das fontes de cofinanciamento externo, onde a estratégia era quanto mais recebessem de fora para dentro, estariam menos dependentes da economia interna, e por isso utilizam o saldo de gerência. -----

Assim, do ponto de vista político em dois mil e vinte e três, existiu maior dinamismo empresarial na cidade do Funchal e mais alienações de imóveis que arrecadaram mais receita fiscal do que aquela que estava prevista no orçamento daquele ano. Para tal foram colocados instrumentos fiscais para que os empresários pudessem investir mais na cidade do Funchal, como por exemplo, o Plano Diretor Municipal que é um instrumento fundamental para que os empresários também possam investir naquele concelho. -----

Transmitiu ainda que do valor quantificado naquele saldo de gerência vai ser utilizado, por exemplo, seis milhões de euros para a repavimentação e pavimentação de algumas artérias da cidade do Funchal. Enquanto as infraestruturas rodoviárias nas zonas altas estão contempladas no Orçamento, tais como o prolongamento da Travessa do Lombo da Quinta em São Gonçalo, o alargamento da Travessa do Pico da Igreja em São Martinho, a nova

acessibilidade à Entrada 87 do Caminho de São Roque, a construção de bolsas de estacionamento, o alargamento da Vereda do Olival, o impasse do novo acesso da Vereda do Calhau.-----

Sobre a percentagem da DERRAMA, aplicada no mandato de dois mil e dezoito a dois mil e vinte e um, aos empresários que tinham a sua sede e estabelecimento estável na cidade do Funchal, era de zero vírgula cinco por cento, dando uma arrecadação de receita fiscal de seis milhões de euros. Como tal, perguntou qual foi o benefício dessa arrecadação fiscal para os munícipes da cidade do Funchal? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, começou por referir que atualmente o Funchal não está melhor, porque continua a carência de habitação e falta de investimento nas estradas. -----

Sobre a taxa de DERRAMA e a proposta que apresentou sobre a mesma era para as empresas que passavam dos mil e duzentos euros por dia, e por existir dificuldade de fixação das pessoas, essa taxa deveria de ser transformada em ordenados para os funcionários. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS:**-----

- Relativamente à questão das Bolsa de Estudo disse que em Portugal existe um sistema de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares progressivo e com vários escalões, em que as pessoas que ganham menos pagam menos e as pessoas que ganham mais pagam mais. Logo, não é justo que uma família que tenham rendimentos, como disse a Senhora Vereadora Helena Leal, superiores fique excluída de uma Bolsa de Estudos quando está a contribuir com os seus impostos para o pagamento de toda a receita fiscal que depois vem a ser arrecadada. Por isso, quando aquele Regulamento das Bolsas de Estudo foi feito, era com o intuito de incluir toda uma classe média e média alta, para poderem também serem beneficiadas com uma diferença relativamente aos seus


L6.

rendimentos. -----

- Sobre o IRS e à sua devolução afirmou que o anterior executivo também devolvia IRS. --

- Em relação à DERRAMA, a taxa mínima que era aplicada era de zero vírgula cinco por cento e excluía as empresas com volume de faturação até cento e cinquenta mil euros. Logo, empresa que tivesse um volume de faturação de duzentos mil euros e que dessa faturação obtivesse lucro de dez mil euros, pagaria de DERRAMA cinquenta euros e mesmo a grande empresa que tivesse um milhão de lucro, pagaria cinco mil euros.-----

- Ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta esclareceu que os seis milhões de euros que foram arrecadados da DERRAMA, foram aplicados nos Manuais Escolares, nas Bolsas de Estudo, no Subsídio de Arrendamento e no Apoio aos Medicamentos. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE, sobre a DERRAMA** lamenta que apesar do exemplo que deu a Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, insistem numa teimosia de confundir um pouco os conceitos, porém o que lhe mais lhe choca é aquele executivo querer isentar as grandes empresas, mas não é tão célere noutros contextos, como por exemplo, quando um munícipe por falta de trabalho, eventualmente, deixa por pagar a fatura da água e rapidamente é feita uma cobrança coerciva enviada para as finanças para pagamento dessa fatura. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto dois - Proposta de Deliberação de Orçamento Suplementar 2024 – Alteração Modificativa, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09, sendo aprovado por maioria** com vinte e seis votos a favor da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda treze votos contra, sendo nove votos do PS, três votos do BE, um voto da CDU e duas abstenções, uma do PDR e uma do MPT. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT,** disse que o MPT

não é ninguém para votar contra um Orçamento Suplementar, mas deixou bem claro que estão ali para fiscalizar e verificar que a devolução dos dinheiros devia de ser dada para dar mais condições às pessoas. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou que não é admissível suborçamentação da despesa em mais de 14 milhões de euros, e 8 milhões de euros em aplicações financeiras, para poderem transitar ano após ano até ao último ano de mandato e ano eleitoral, porque é uma violação do princípio da estabilidade orçamental, e poderá fazer incorrer os deputados municipais no crime de violação de normas de execução orçamental. -----

--- Por esta ocasião os trabalhos foram interrompidos para o intervalo do almoço.-----

--- Depois os trabalhos foram retomados às catorze horas e trinta e três minutos com a apreciação **do Ponto três: Proposta de Deliberação do Mapa de Desempenho Orçamental 2023, ao abrigo do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12/09.** -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, começou por referir que o Partido da Terra irá se abster naquela Proposta de Deliberação do Mapa de Desempenho Orçamental 2023, porque a mesma apenas apresenta algumas opções para elites, como comprova a não aplicação da DERRAMA sobre o lucro das grandes empresas, para imputar cinquenta e um milhões de euros de impostos aos funchalenses.-----

Também acrescentou que o mapa de execução demonstra a incapacidade de colocar o investimento no terreno, quando os vinte e um milhões de euros transitados para o corrente ano e os oito milhões de euros em aplicações financeiras com pouco relevo, poderiam ser aplicados em habitação social. -----

Assim, face à constatação daquele Mapa Orçamental o Partido da Terra lamentou que



tenham sido reprovadas pela maioria, todas as suas propostas apresentadas em dois mil e vinte e três, tais como o apoio à realização de pequenas cirurgias, formação específica a bombeiros sapadores do Funchal no resgate de animais e o regulamento municipal do ruído.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, começou por manifestar, novamente, o protesto daquela bancada pelo facto de aqueles mapas serem de muito difícil leitura. -----

Depois referindo-se ao documento em apreço, disse que mais uma vez, fica claro naquele documento as opções políticas do atual executivo, como o aumento de receita fiscal, recorde absoluto de impostos diretos, em mais de cinquenta e um milhões euros. E que só aprovaram os cinco por cento da devolução do IRS no corrente ano, depois do PS ter apresentado essa proposta e de ter dito que o PSD não ia cumprir com sua a promessa eleitoral, quando aquela arrecadação recorde, demonstra que era possível já no corrente ano os funchalenses terem uma redução maior no IRS que pagam. -----

Referiu que também existe uma clara incapacidade de implementarem e executarem projetos, continuando apenas os investimentos transitados do anterior executivo, como por exemplo em instrumentos como o da execução do PDM e o da ORU e que passados dois anos, continua tudo igual como por exemplo no Monte, no quarteirão do Ornelas e no Bairro dos Moinhos. -----

Considera ainda incompreensível que em determinadas matérias, tenham excluído pessoas dos apoios sociais, nomeadamente no que diz respeito às Bolsas de Estudo, quando são precisamente as famílias que mais contribuem para essa receita fiscal histórica. Saliou que em dois mil e vinte e dois a despesa efetiva foi de noventa e dois milhões de euros e em dois mil e vinte e três foi de cento e treze milhões de euros. Por isso gostaria de saber para onde foi esse dinheiro?-----

Porque a cidade está pior, as estradas estão uma lástima e os investimentos são praticamente inexistentes, assim o programa do Funchal Sempre à Frente dificilmente será minimamente cumprido. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto três: Proposta de Deliberação do Mapa de Desempenho Orçamental 2023, ao abrigo do disposto na al. l) do nº 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12/09, sendo aprovado por maioria com vinte votos a favor da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda treze abstenções, sendo oito do PS, duas do BE, uma do PDR, uma do MPT e uma da CDU.** -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo, Daniel Almeida Meneses, Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe, Ricardo Nuno Pestana Abreu e Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, e Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE.-----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT, declarou que não aprovaram aquele ponto devido à fraca execução orçamental. Contudo, acreditam que para o ano será melhor.** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara que prescindiu da apresentação do Ponto quatro: Deliberação do Contrato Programa com a SocioHabitaFunchal – Empresa Municipal de Habitação, E.M. relativo ao de 2024, ao abrigo do disposto no nº 5 do art.º 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.** -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS, observou que sabendo que a Empresa Municipal SocioHabitaFunchal não cobra apenas rendas, tendo outras funções como de pedagogia e na área social intervindo com equipas**

multidisciplinares dos jovens das famílias que lá residem, aquele apoio atribuído é apenas mais uma prova de que aquela autarquia não tem uma estratégia sustentada no sentido de resolver os problemas de habitação da cidade do Funchal. Mas sim de alimentar mais uns nomeados, como é verificado através da despesa com pessoal após o atual executivo tomar posse, que já soma mais de meio milhão de euros. Logo, o valor de um milhão de euros que será investido naquela empresa municipal, é apenas propaganda, pois segundo informações públicas, a SocioHabitaFunchal tem uma lista de mais de dois mil e trezentas pessoas à espera de habitação, e existem mil e trezentos inquilinos que corresponde a quase cinco mil famílias, para juntar àqueles que não estão naquela lista, mas que aguardam também pela resolução do seu grave problema. Como tal, as casas construídas a preços controlados com as verbas do PRR só vão chegar a cerca de trinta por cento das necessidades. -----

Por isso:-----

- Quantas casas vão ser construídas com o orçamento da autarquia?-----
- Que apoios estão destinados à construção de casas através de cooperativas de habitação?-----
- Que critérios e que valores serão praticados? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, questionou: -----

- Quantas pessoas estão a pagar a renda social e quantas estão a pagar a renda técnica?
- Quantos inquilinos estão isentos de pagar renda?-----
- Se há perspetivas de saberem aquelas famílias estão a ter melhor nível de vida com melhores ordenados, para poderem contribuir com a SocioHabitaFunchal, para poder ser construída mais habitação. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, transmitiu que o contrato programa

trazido àquela Assembleia tem como principal objetivo, ajudar as famílias inquilinas daqueles complexos habitacionais do Funchal, quer através da gestão do património quer através dos centros comunitários e de outras estruturas sociais, que promovem iniciativas de apoio aos seus inquilinos. Bem como o mesmo comporta igualmente o aumento salarial dos funcionários da SocioHabitaFunchal, numa média de três por cento, o reforço técnico em diversas áreas, a qualificação e a dignificação das condições de trabalho através do verdadeiro combate à precariedade laboral.-----

Reforçou ainda o investimento na área social através dos oito centros comunitários da SocioHabitaFunchal, e do acompanhamento que é feito às mil e trezentas famílias que moram nos complexos habitacionais do Município, num universo de cerca de cinco mil pessoas com uma ação que incide, obviamente, na população mais vulnerável sejam crianças jovens ou mesmo a população sénior. Num trabalho social integrado e em rede, através de mais de cinquenta projetos que abrange, desde a entrada do atual executivo, o dobro das pessoas.-----

Perguntou pois:-----

- Como poderão não estar ao lado daquele investimento?-----
- Como poderão não estar ao lado dos inquilinos?-----
- Como poderão não estar ao lado dos profissionais da SocioHabitaFunchal?-----
- Como poderão não ser a favor do trabalho digno?-----
- Como poderão não ser a favor do apoio social daquela causa que afinal é de todos no empoderamento das meninas, das raparigas e das mulheres?-----
- Como poderão não aceitar aquele contrato programa que vem aumentar, também, a qualidade de vida daqueles inquilinos?-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, dirigindo-se à Senhora Deputada Municipal Vera Coelho, disse que a realidade não é bem assim. Pois



estão do lado dos inquilinos, mas não podem estar do lado de quem trabalha se não sabe os resultados finais do dinheiro que estão a investir. Porque é preciso saber se as pessoas estão melhor ou pior na vida, se têm mais rendimento ao final do mês, para que as mesmas sejam mais apoiadas e lhes seja dada mais formação, para saírem da renda social e integrem em algo seu. Porque o MPT não quer pessoas que vivam a vida toda a nível do social, mas que façam uma alavancagem para deixarem de lá viver. -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, perguntou ao Senhor Deputado Municipal Valter Rodrigues se está contra o trabalho das pessoas que trabalham na SocioHabitaFunchal.-----

E se está a pôr em causa o trabalho daqueles profissionais que têm feito um esforço na revisão das rendas, no acompanhamento dos agregados familiares, no desenvolvimento de projetos sociais e no trabalho em rede, porque é preciso um investimento em várias gerações para que as pessoas deixem de estar numa situação mais vulnerável. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, esclareceu a Senhora Deputada Municipal Vera Coelho de que não estão contra o trabalho das pessoas, apenas quer saber os resultados desse trabalho para que as pessoas não fiquem sempre presas aos subsídios e a só residir em bairros sociais.-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara Bruno Miguel Camacho Pereira** começou por referir que aquela é uma área de que gosta pessoalmente da intervenção, porque, como é do conhecimento geral, trabalhou durante algum tempo na IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira. Por isso, orgulha-se de ter submetido em tempo recorde ao PRR, cento e trinta e seis milhões de euros, aceites, para investimento de habitação, que no momento está quase todo ele a decorrer e que ficará pronto até dois mil e vinte e seis. ----

Portanto, nada melhor do que estar a falar de cerca de oitocentas casas só da parte do IHM, que chegarão ao mercado seja ela para habitação social, seja através das rendas acessíveis.-----

Depois lembrou que a região está claramente no pioneirismo e com rácios que a nível nacional não existe, em que no continente residem em habitação social mais ou menos entre dois / dois vírgula cinco por cento e na região são cinco por cento.-----

De seguida disse que em apenas dois anos estão a ser construídos trinta e três fogos na Nazaré, que setenta e um fogos estão em fase final de projeto na Quinta das Freiras, que o projeto do Bairro da Ponte está a aguardar a decisão por parte do IHRU e que já adquiriram cinco fogos, que depois serão transformados em vinte cinco frações, para o projeto do centro da cidade do Funchal.-----

Clarificou ainda que o presente contrato programa não tem a parte da construção, porque a SocioHabitaFunchal, por via de uma alteração estatutária pela anterior vereação, deixou de fazer investimento do parque habitacional passando o mesmo a pertencer à Câmara.-- Logo, o investimento existe, as propostas concretas para as famílias existem e outras existirão nomeadamente na revisão do PDM, onde estão a estudar uma majoração para as cooperativas em determinadas zonas, para que quando se trate de habitação social, possam dessa forma ter uma majoração em relação a outros promotores em que têm minimamente o intuito lucrativo.-----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** acrescentou ao que ali já foi dito sobre aquele contrato programa, que o mesmo representa apenas dez ponto seis por cento de aumento, cem mil euros, face àquele que foi o contrato programa do ano anterior, devido apenas ao aumento salarial dos funcionários por via do Orçamento de Estado, à contratação de novos funcionários e à própria inflação de bens e serviços.-----

Sobre o problema da habitação disse que é importante que se reflita que não é um problema



da cidade do Funchal, nem da Região, nem só do País, é um problema que é europeu e que tem uma multiplicidade de variáveis que têm que ser acudidas, sendo esse o objetivo e a grande responsabilidade daquele executivo. Por isso, estão: -----

- A construir trinta e três fogos na Nazaré no valor de quatro ponto quatro milhões de euros.
- Só nos primeiros dois anos, a reabilitar um conjunto de complexos habitacionais do Município quer no interior quer no exterior das moradias, no valor de três ponto dois milhões de euros. -----

Salientou também que é necessário manter aquilo que existe, por isso, o SMA – Subsídio Municipal ao Arrendamento, já foi alterado duas vezes por aquele executivo, que vai de cem a duzentos e trinta euros, num valor total de dois milhões de euros, duzentos por cento, bem como os apoios sociais em cento e cinquenta por cento, para proporcionarem uma almofada financeira e de conforto à população. -----

Também considerou importante referir que tiveram a preocupação de rever aqueles que são os acordos que têm com as quase trezentas famílias inquilinas e que decorre da lei, através de uma avaliação criteriosa da condição socioeconómica de cada uma, de acordo com os rendimentos que a família apresenta naquele ano civil da atualização. Logo, só para dois mil e vinte e quatro preveem arrecadar em termos de receitas, quase mais cem mil euros. -----

Relativamente aos funcionários da SocioHabitaFunchal quis dar uma palavra de apreço e de reconhecimento desde a Administradora Única a todos eles, porque atuam diariamente numa postura de responsabilidade, mas acima de tudo de missão porque trabalhar naquelas áreas não é apenas um trabalho, é preciso ter espírito de missão e envolvimento. Também foi preocupação daquele executivo apostar na qualificação dos quadros profissionais afetos à empresa, contratando pessoas e não recorrendo apenas a estágios, com objetivo de acudir a necessidades permanentes que a empresa manifesta no seu dia

a dia e também valorizando aquelas pessoas. Daí que a capacitação dos mesmos para os problemas sociais que têm a ver com uma serie de fatores, é algo que é feito nos vários pólos da SocioHabitaFunchal, que abarcam um total de cinco mil pessoas, num investimento muito grande por parte das equipas multidisciplinares que lá trabalham, para lhes criar uma base e um pilar determinante naquele que é o grande objetivo e a verdadeira reinserção social.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, tendo em o número de pessoas que existem inscritas na SocioHabitaFunchal para habitação social, e a gravidade no contexto da habitação, questionou quando é que aquele executivo irá trabalhar de forma a regular o licenciamento do Alojamento Local, porque o mesmo agrava o valor do arrendamento que não se coaduna com os rendimentos das pessoas, as quais irão fazer parte das listas à habitação social.-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara Bruno Miguel Camacho Pereira** transmitiu que o Alojamento Local também tem mais valias, porque cria emprego, traz receitas para a Região e recupera o património. Pois grande parte está a ser desenvolvido em prédios que estavam devolutos e em ruínas dentro dos regulamentos que existem.-----

Por isso, concorda que a questão da majoração também deve de ser utilizada para que os proprietários queiram colocar a sua habitação no mercado de arrendamento, em vez de lhe dar outro tipo de uso.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto quatro: Deliberação do Contrato Programa com a SocioHabitaFunchal – Empresa Municipal de Habitação, E.M. relativo ao de 2024, ao abrigo do disposto no nº 5 do art.º 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto**, à votação **aprovado por maioria** com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, um voto do PAN, um voto do PDR e um voto do MPT. Mereceu ainda doze abstenções, sendo oito do PS, três do BE e uma da CDU. --



--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe e Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente e Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS,** declarou que o grupo municipal do PS se absteve, porque não fica claro que aquele aumento ao subsídio à exploração esteja relacionado com a missão de serviço público na área da habitação, área essa que está em grave crise no Funchal, nomeadamente, com o subsídio às rendas sociais. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** que apresentou o **Ponto cinco - Proposta de Deliberação do Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado da Área Urbana Funcional do Funchal (ITI FNC), ao abrigo do disposto na al. k) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09,** disse que a Comissão Europeia reconheceu à Câmara Municipal do Funchal, a capacidade para juntamente com o IDR ser a responsável pela autoridade do ITI e a responsabilidade da estratégia ser pelo Funchal. Devido a este reconhecimento a Câmara Municipal do Funchal, terá a responsabilidade de levar a bom porto a organização de uma área urbana funcional, que congrega três Municípios, Funchal, Santa Cruz e Câmara de Lobos, que representam sessenta e três por cento da população.-----

Referiu também que o ITI - Instrumento Territorial Integrado, que será de cerca de vinte e sete milhões de euros, assentou num plano de ação que já está concretizado, em que o Funchal ficará responsável por dezanove milhões de euros, Santa Cruz por três milhões de euros e Câmara de Lobos por quatro vírgula oito milhões de euros. O referido plano de ação, esteve em consulta pública durante trinta dias úteis e em termos de grandes ações e

opções estratégicas salientou: a mobilidade sustentável e a articulação territorial que será responsável por quarenta e dois por cento do investimento, a competitividade urbana e inteligência territorial que será responsável por catorze por cento do investimento, sustentabilidade e resiliência com trinta e cinco por cento e processos digitais com nove por cento na dimensão de uma lógica de Smart City. -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS,** ao ler aquele Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado do Funchal, com os seus 3 eixos:-----

1. Mobilidade sustentável e articulação territorial.-----
2. Competitividade urbana e inteligência territorial.-----
3. Sustentabilidade e resiliência.-----

Perguntou como é possível escrever sobre aqueles contextos que promovem a sustentabilidade ou a mobilidade suave, quando a primeira medida que aquele executivo concretizou após a sua tomada de posse foi o seu oposto? Lembrando que destruíram a ciclovia que promoveria a mobilidade suave no centro do Funchal, que já estava planeada e preparada no PAMUS, para potenciar a retirada de veículos do centro da cidade, promovendo futuramente medidas que desincentivariam a utilização de transportes individuais no centro da cidade. Bem como destruir todo o trabalho bem feito que já estava realizado, desconhecendo completamente a obrigatoriedade de implementar medidas públicas europeias e nacionais, como por exemplo as metas para a descarbonização previstas no Acordo de Paris. Porém, compreende a urgência do surgimento daquele documento, porque ele permite ir buscar dinheiro a fundos europeus. Por isso, perguntou: o que farão com essa verba, quando a receberem? Vão pô-la a “render” no banco como afirmou várias vezes o presidente anterior, ou vão implementar as políticas dos anos oitenta

Jm
E
L6

que pretendem renovar e manter mumificadas?-----

Lembrou também outra medida em completa oposição com aquele documento em debate, onde em campanha eleitoral, foi prometido acabar com o trânsito que diziam ser infernal no Funchal e criado unicamente pelo executivo anterior. Todavia, não só não acabaram com o trânsito, como ainda trouxeram mais viaturas para o centro da cidade e a promessa de criar um parque de estacionamento na Praça do Município para mil e quinhentas viaturas. Logo, agravaram o trânsito como comprova o Índice de Tráfego Global Anual para dois mil e vinte e três, onde calculado com base em dados de mais de trezentas e oitenta e sete cidades em cinquenta e cinco países, coloca o Funchal no quinquagésimo segundo lugar a nível mundial das cidades com pior trânsito, liderando a Península Ibérica e as suas Regiões Autónomas. -----

Pelo que mantêm a dúvida do que é que é válido, o que escrevem ou o que fazem.-----

Recordou ainda que aquele Instrumento Territorial Integrado fala de modelos de participação e em democracia. Contudo, são lógicas de democracia que não são coerentes com o documento, porque esse modelo de participação foi apenas através de publicação no site da Câmara Municipal do Funchal com apenas sete participações, quando na discussão do PDM, o anterior executivo conseguiu setecentas participações descentralizadas por todas as freguesias e centralidades do Funchal, abertas à discussão pública, mas muito contestadas pelo PSD, na altura, por considerarem pouquíssimas participações.-----

Aquele Plano fala ainda sobre "Processos Digitais" que considera outra incoerência porque quando o atual executivo entrou em funções no Município, rapidamente acabaram com o processo de desmaterialização que já estava em curso na área do urbanismo, e afirmaram perentoriamente em campanha eleitoral que iriam dar resposta aos pedidos de licenciamento em cinco dias, o que no momento, pelo que as pessoas dizem, já vai em dois

anos. Em contrapartida, veem que na Praia Formosa é possível o promotor vender apartamentos e propriedades que nem sequer estão licenciadas na câmara. -----

Terminou questionando:-----

- Qual é a visão estratégica daquele executivo e qual o contributo dessa estratégia para a concretização das políticas de desenvolvimento territorial? -----

- Quanto custou aos funchalenses a destruição da ciclovia? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, manifestou que irá aprovar quele projeto porque o considera fundamental para o desenvolvimento do Funchal.

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, manifestou: “O Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente vem congratular o executivo pela implementação do Instrumento Territorial Integrado do Funchal. -----

Este instrumento, preconiza uma intervenção multi escala, de abordagens diferenciadas e visa prosseguir políticas que melhorem as condições e a qualidade de vida dos cidadãos, na Área Urbana Funcional do Funchal, constituindo esta área, o município do Funchal e municípios adjacentes, Santa Cruz e Câmara de Lobos. -----

O Acordo de Parceria 2021-2027 e a Estratégia Portugal 2030 consagram a importância dos instrumentos territoriais na promoção do desenvolvimento e da coesão territorial, com especial enfoque nos Instrumentos Territoriais Integrados, procurando a adaptação das políticas públicas às características específicas e às necessidades dos territórios, visando o desenvolvimento urbano sustentável em alinhamento com os objetivos da Política de Coesão. -----

Este instrumento no âmbito do Programa Regional Madeira 2030 constitui um importante desafio, quer do ponto de vista de política pública, quer do ponto de vista técnico / operacional, uma vez que se aplica pela primeira vez na Região Autónoma da

DM
P
L6

Madeira.-----

Entre os principais aspetos deste plano está a mobilidade, onde se pretende incentivar o uso dos transportes públicos tanto para a população como para quem visita estes concelhos.-----

Esta parceria entre estes concelhos encontra-se integrada numa estratégia global para o desenvolvimento sustentável da Região e que é defendida no âmbito do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o horizonte 2030.-----

A concretização desta estratégia de desenvolvimento urbano sustentável, na área urbana funcional do Funchal, irá incidir nas seguintes áreas de intervenção:-----

- Melhoria da prestação de serviços comuns (gestão de resíduos, cidades digitais), -----
- A requalificação do sistema urbano (regeneração de áreas desfavorecidas, ambiente urbano, mobilidade sustentável),-----
- A valorização de ativos culturais, patrimoniais e ambientais, enquanto vantagens diferenciadoras a privilegiar, também para responder aos desafios identificados. -----

O objetivo é criar uma Cidade mais inteligente e competitiva, mais verde e protetora do ambiente, mais conectada, através do reforço das acessibilidades externas, mais social e inclusiva.-----

O Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente vem congratular o executivo pela implementação do Instrumento Territorial Integrado do Funchal.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, começou por referir que aquele documento é apenas um documento necessário para aquele executivo poder obter fundos. Porque o que é demonstrado no mesmo, não é o que o defendem, acreditam ou praticam como destruir ciclovias, dar prioridade aos veículos, manter determinadas ruas à circulação automóvel e não as tornar pedonais, construir mais estacionamento no centro, trazer mais carros para o centro, desincentivar o uso de

mobilidade reduzida e comprometer a descarbonização. -----

Por isso gostava que lhe explicassem o porquê de fazer um novo PAMUS, porque o que está em vigor, criado pelo anterior executivo, vai de encontro com o que ali está vertido. --

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto cinco - Proposta de Deliberação do Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado da Área Urbana Funcional do Funchal (ITI FNC), ao abrigo do disposto na al. k) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e quatro votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Carvalho da Silva e Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Joaquim José Batalha de Sousa, do PAN e José Rodolfo de Sousa Alves, do PDR. -----

- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, declarou que o grupo municipal do PS votou favoravelmente aquela proposta apesar de ter alertado para as incongruências entre o que aquele executivo diz e o que realmente faz, nomeadamente no âmbito da gestão territorial integrada do Funchal.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à apreciação o **Ponto seis - Proposta de Deliberação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) do Funchal e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública do REOT, ao abrigo da al. r) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**.-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, expôs que o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território é um instrumento importante de


26.

avaliação e monitorização, é obrigatório por lei e é necessário ao processo de revisão do PDM. Contudo, verificam que não apresenta argumentos para a tão pretendida revisão e que as medidas representam um retrocesso aos anos oitenta, e lamentou ainda a fraca participação que se resume a apenas sete.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, transmitiu: -----

- Que o Funchal deve de ser sempre o mais adequado, mas não um centro histórico defeituoso e sem regras, onde, por exemplo, na Rua do Aljube está a desaparecer uma fachada, talvez por não haver uma demolição correta da mesma. -----

- O Funchal deve de ter zonas de alta densidade e outras onde a zona histórica se deve manter o mais possível.-----

- Que é necessário fazer uma sondagem de solos do concelho do Funchal, porque, por exemplo, a zona do Monte, por os solos já se encontrarem degradados, já não é uma zona de edificar.-----

- Também considera importante existirem zonas de alta densidade porque daí advêm outros benefícios.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, supôs que para a bancada do PSD/CDS o documento em análise seja um aborrecimento, porque mantiveram o mesmo Plano de Ordenamento do Território durante vinte e sete anos sem vontade política de o alterar ou de o adaptar, assim como o PDM se manteve vários anos até dois mil e treze. Assim, esperava que tivessem intervenções calorosas e dinâmicas, porque quando foi a revisão do PDM insurgiram-se contra as setecentas participações, e agora nem uma manifestação em relação às sete participações do REOT, que ficam a dever-se à eutanásia que têm feito da democracia participativa. -----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** explanou o seguinte:-----

- Sobre o número das participações do REOT, disse que isso se deve ao facto de ter havido

um período de participação pública, onde foi colocado no site todos os elementos necessários e obrigatórios por lei para as pessoas poderem participar, onde foram muitíssimo bem esclarecidas tanto pelo conteúdo no site, como presencialmente nos serviços.-----

- Depois referiu que o REOT é um documento que está muito bem desenvolvido, que vai de encontro ao que está definido nas políticas nacionais do PNPO - Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território, e que contou com a assessoria do Professor Pedro Ribeiro da Silva, que é do melhor que existe naquela área.-----

É também um documento obrigatório pelo regime de gestão territorial e que deve de ser desenvolvido de quatro em quatro anos, abrangendo assim abril de dois mil e dezoito até dois mil e vinte e dois. Considerou que foi um excelente trabalho feito pelos técnicos da autarquia e que abrange essencialmente três anos e meio da vereação anterior.-----

No que concerne ao seu conteúdo, para além de seguir as orientações do PNPO, foi analisada a realidade na dinâmica do território do ponto de vista de demografia, da habitação, da estrutura socioeconómica, do sistema urbano, do sistema de infraestruturas e do sistema biofísico. Houve ainda, o cuidado de em cada uma daquelas dinâmicas, fazer um pequeno resumo dos desafios que eram essenciais para o ordenamento do território da cidade do Funchal.-----

- Respondendo à Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano disse que independentemente do REOT, é de facto necessário rever o PDM, porque conhecendo as necessidades das pessoas e para chegar a algumas conclusões, atualmente o mesmo não era necessário. Sendo ainda o REOT apenas um documento técnico que sustenta e fundamenta tudo aquilo que é necessário para a revisão de um Plano Diretor.-----

- Sobre a Carta de Riscos que está no Plano Diretor Municipal do Funchal aprovada e publicada no JORAM a cinco de abril e no Diário da República a seis de abril de dois mil e



dezoito, disse que todo o centro do Funchal está com risco de arribas, o que implica que para um licenciamento de qualquer construção, é obrigatório a apresentação de um estudo ou um termo geológico, o que no seu entender não faz qualquer sentido. Por isso, o próximo passo será ir de encontro às expetativas da população, nomeadamente nos seus anseios, que conhece pelas audiências e pelas idas aos locais que de facto são constrangedores para quem pretende construir. -----

- A questão da habitação de cooperativa ou habitação económica deveria de estar majorada no PDM em vinte ou vinte e cinco por cento, tal como no PDM de mil novecentos e noventa e sete, mas que por opção da vereação anterior foi retirada e deixada única e exclusivamente para tudo o que fosse hotelaria. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, refutou que aquele relatório não justifica a necessidade de revisão de um PDM, porque certamente o executivo só fez aquele relatório com o intuito de concluir pela necessidade de rever o PDM, pelo que não conseguiram ir além de dois parágrafos. Além de que o PAMUS que está em vigor, aprovado por aquela Assembleia Municipal, vai exatamente de encontro às políticas, que estão vertidas naquele relatório. -----

Contudo, considerou que a avaliação daquele relatório está bem-feita e que certamente todas as pessoas que intervieram no mesmo do ponto de vista técnico, cumpriram com aquelas que são as suas obrigações e a sua maior competência. -----

--- O Senhor Presidente colocou à votação o **Ponto seis - Proposta de Deliberação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) do Funchal e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública do REOT, ao abrigo da al. r) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, sendo **aprovado por maioria** com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, três votos do BE, um voto do PAN, um voto do PDR, um voto da CDU e uma abstenção do

MPT. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Manuel António M. M. de Sousa Filipe, Ricardo Nuno Pestana Abreu e Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas, da Coligação Funchal Sempre à Frente e Manuel Pedro Calaça Vieira. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou que o Partido Socialista votou a favor do Relatório do Ordenamento do Território, porque é um instrumento formal, legal, obrigatório e que foi elaborado por técnicos. Sendo que apenas a questão das conclusões a que querem chegar, revisão do PDM, é que são perfeitamente injustificadas. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Dra. Ana Nunes**, para apresentar o **Ponto sete - Relatório Anual de Atividades referente ao ano 2023, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, ao abrigo do disposto no nº 2 do art.º 32º da Lei nº 147/99 de 1/09**, que citou: -----

- **A CPCJ tem duas modalidades:**-----

- **A modalidade alargada** onde existem representantes de várias entidades, e tem uma função que é desenvolver ações com a comunidade para a promoção dos direitos da criança. -----
- **A modalidade restrita** é um grupo reduzido de elementos que no momento é constituída por cinco elementos e que nunca poderá ter um número par devido à votação, sendo a Presidente a pessoa que poderá votar para desempate e que irão lidar com as famílias dos casos concretos que tratam. -----

- **Função da CPCJ:** quando recebem uma sinalização precisam do consentimento dos

JM
26.

progenitores, dos representantes legais ou dos jovens a partir dos doze anos, segundo a Lei 147/99. Se um daqueles elementos não der o consentimento a CPCJ não tem legitimidade para intervir, nem para averiguar a situação. Logo, o processo é transmitido para o Tribunal de Famílias e Menores, com a salvaguarda que se for um caso urgente, podem empregar as linhas de emergência onde é aplicada uma medida e logo de seguida o processo é remetido ao Tribunal de Família e Menores. Se os pais, os jovens ou os representantes legais derem o seu consentimento passam à avaliação e depois será deliberada a medida ou não. Depois da deliberação da medida continua sempre a hipótese de os pais consentirem ou não a medida aplicada. Se não consentem, o processo é logo, também, remetido a Tribunal. Se os pais, os representantes legais ou o próprio jovem derem o consentimento, haverá uma subscrição de acordo que vai estar na execução da medida, onde irão ser feitas algumas cláusulas em que todos os intervenientes estarão predispostos a cumprir. Se o acordo for cumprido a medida poderá durar doze meses, a que se chama medida definitiva ou então aplicam uma medida cautelar, que é uma medida provisória que dá um tempo para avaliar melhor a situação. Se os pais durante aquele acordo não cumprirem com o seu teor, o processo é também remetido para o Tribunal, que é soberano e que irá decidir sobre a causa da criança. -----

- Caracterização processual: -----

- Cento e um processos ativos transitaram para o corrente ano. -----
- Foram instaurados duzentos e cinquenta e nove processos. -----
- Foram reabertos sessenta e dois processos. -----
- Têm processos transferidos na análise preliminar de outras CPCJ'S devido a erro ou alteração da área territorial competente. -----
- Tiveram vinte processos arquivados liminarmente por sinalizações incorretas, ou porque foram transmitidos diretamente para o Tribunal ou para outras CPCJ'S da área territorial

competente.-----

- Caracterização de risco e de perigo das crianças e jovens:-----

- Têm crianças e jovens acompanhadas dos zero aos vinte e um anos de várias nacionalidades por abandono, por mau-trato físico, por mau trato psicológico, por ausência de familiar, sem suporte familiar, por exposição à violência doméstica, por consumo de álcool, por consumo de estupefacientes, por prostituição, por bullying, por negligência da saúde, do educativo, do psicoafectivo, de abuso sexual, de importunação sexual e aliciamento sexual, por violação e pelo insucesso escolar.-----

- Contacto das sinalizações:-----

- Qualquer pessoa tendo conhecimento que uma criança esteja em risco ou em perigo, pode sinalizar presencialmente, através da PSP, das escolas, anonimamente, por escrito, por email e por telefone.-----

- Processos enviados para o Tribunal:-----

- Por apensação a um outro já lá existente do mesmo agregado familiar.-----
- Por solicitação do Tribunal.-----
- Por não cumprimento do acordo de promoção e proteção.-----
- Por ausência de acordo.-----

- Reuniões da CPCJ:-----

- **Na modalidade alargada** para serem feitos o plano e as atividades daquela comissão.--

- **Na modalidade da restrita** para a discussão dos processos.-----

Terminou dizendo que também existem muitas dificuldades, principalmente quando as respostas às vezes não são tão breves quanto gostariam. Contudo, é um trabalho que já foi feito, que está a evoluir e que é de valorizar também o trabalho que foi feito pelas colegas anteriormente e que, com certeza que as colegas que virão depois irão fazer um excelente trabalho.-----

- INTERVENÇÕES:-----

--- A Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, proferiu: “Queria agradecer o discurso e a apresentação que foi efetuada pela Senhora Presidente da CPCJ Funchal, e salientar este trabalho de proximidade e de apoio não só às crianças e jovens como também às famílias que tem sido efetuado. É um trabalho contínuo, que requer o seu cuidado e para além disso importante do ponto de vista da promoção dos direitos das crianças e jovens, tendo já dado uma perspetiva a nível do panorama que temos atualmente, num total de cerca de 487 processos ativos e que têm vindo a aumentar e de que forma é que se pode promover, também, melhores ações para serem preventivas do ponto de vista da atuação e do bem-estar destas crianças e destes jovens do nosso Município. Neste sentido, verificamos de um modo geral relativamente a este relatório de atividades, que a nível de tipologia de comportamentos que possam comprometer o bem-estar das crianças e jovens, a violência doméstica continua a ser um dos predominantes ao longo do tempo, nomeadamente nas crianças dos 3 aos 5 anos e dos 11 aos 14 anos e, também, alguns atos de negligência que passa mais pela supervisão parental, como nós sabemos hoje em dia as crianças e jovens estão sujeitas a uma maior exposição digital e a nível de consumos, e isto são algumas tendências que têm vindo a aumentar e que requerem a longo prazo uma visão, também, do ponto de vista da estratégia, para fomentar a sua prevenção para além das questões da matéria de prevenção de maus tratos que também têm vindo a ser estudadas. Assim, têm vindo a ser promovidas várias ações, não só relativamente à promoção dos direitos como também da proteção das crianças, tal como no mês de abril, mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, e também relativamente ao Estendal dos Direitos, onde houve uma colaboração substancial das crianças e jovens a nível do ensino básico e também das entidades. Vimos também várias iniciativas no âmbito da Convenção dos Direitos das

Crianças, que foi no dia 20 de novembro, mas que se estendeu por mais de uma semana em diferentes locais com o objetivo de sensibilizar e proporcionar uma maior consciencialização da população relativamente a estas ações de promoção, e depois também para tentar incentivar boas práticas.-----

Relativamente a esta matéria de infância e juventude tentar garantir um crescimento e desenvolvimento saudável destas crianças e jovens, sobretudo tendo em conta a contextualização a nível digital, do ensino, da criança e também da nossa comunidade.” --

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Isabel de Ponte Garcês, do PS**, expôs: “Um cumprimento especial à Dra. Ana Nunes pelo seu empenho, o seu trabalho à frente da CPCJ do Funchal, congratulá-la também pela excelente elaboração do relatório e apresentação. -----

Em relação à apreciação do mesmo gostaria de referir que as instalações da CPCJ não têm acesso a pessoas com mobilidade reduzida, para que alguém nessa condição tenha acesso às mesmas. Nas condições físicas também é referido no relatório que não existe uma sala de espera adequada às crianças, nem uma área apropriada para a audição das crianças. Isto são fragilidades que na perspetiva do Partido Socialista o executivo desta Câmara deve resolver, porque devemos de adequar todos os espaços de forma a que todo o público alvo tenha um acesso de forma inclusiva. Outro constrangimento que vem referido neste relatório é a falta das consultas de pedopsiquiatria e psiquiatria, assim como as respostas habitacionais. -----

Como pretende este executivo do PSD / CDS ser um parceiro da CPCJ, na procura das soluções habitacionais para estas famílias? -----

As problemáticas têm uma maior incidência no flagelo da violência doméstica e esses dados impelem-nos para o desafio da ação governativa desta vereação em matéria do combate à violência doméstica. -----



O que pode e deve este executivo fazer para ser um parceiro e esbater este constrangimento?" -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, do PS**, transmitiu: "Em primeiro lugar, gostaria de realçar a melhoria do relatório. Foram introduzidos textos explicativos, gráficos, mantendo-se no final a parte que decorre do preenchimento dos dados no programa de computador. Daí decorre uma maior visibilidade do trabalho realizado na CPCJ, bem como a sua dificuldade. Facilitou muito a leitura e, por isso, dou os parabéns à Senhora Presidente da CPCJ. -----

Após a leitura do relatório, percebe-se que há problemas graves que se mantêm. Refiro-me à Violência Doméstica, que é gritantemente maioritária em todos os escalões etários. A falta de supervisão familiar é outro dos problemas estruturais, assim como a exposição das crianças a comportamentos disruptivos e desadequados. -----

Gostaria de perguntar o seguinte: para além das sessões que realizam com as crianças e as famílias e, atendendo ao facto de a violência doméstica ser tão predominante nas famílias seguidas pela CPCJ no Funchal, promovem algum trabalho junto dos agressores, para ajudar a eliminar este problema? Estabelecem parcerias com outras entidades neste âmbito ou noutros?" -----

Depois fez um agradecimento à tradutora de Língua Gestual Portuguesa que ali está desde o início daquela sessão, sem ter sido substituída, porque é um trabalho difícil e cansativo, mas importante para a comunidade surda permanecer informada sobre o que se passa na sua cidade e com os seus representantes. -----

--- **A Senhora Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens**, disse que relativamente à violência doméstica têm projetos da parentalidade positivo, onde os pais são encaminhados para o projeto Adélia, que é um projeto da Comissão Nacional, bem como para outros projetos a nível social que também estão a fazer um projeto sobre a

parentalidade. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** começou por agradecer em seu nome e do executivo à Dra. Ana Nunes, e na sua pessoa agradecer a toda a equipa que desenvolve um trabalho em prol da salvaguarda dos direitos das crianças e jovens da cidade do Funchal. -----

Depois disse que da parte do Município do Funchal irão continuar a se disponibilizar, tal como têm feito, para colaborar quer na parte da gestão e de alguma logística que seja necessária, como também naquele que é o princípio fundamental da ação, que é conseguir salvaguardar os direitos daquelas crianças e daqueles jovens. E que também poderão contar com aquele executivo para que os acordos de promoção e proteção possam ser levados a cabo da melhor forma possível. Porque, para além da CPCJ que tem um papel fundamental, também cabe às entidades colaborar para que consigam levar a cabo o seu papel. Como exemplo, disse que foi criada uma majoração transversal a todos os apoios sociais em que as famílias que sofrem de violência doméstica, acabam por ter uma salvaguarda de serem majoradas no apoio que lhes é dado, assim como todas as outras famílias que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, 

--- O Primeiro Secretário, 

--- A Segunda Secretária, 

